



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – CAMPUS I  
**COLEGIADO DO CURSO DE URBANISMO**

REBECA LIMA AZEVEDO

**ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS NA PERSPECTIVA DO  
ENVELHECIMENTO.** Um estudo de caso das localidades da Barra e  
Barra-Avenida em Salvador-Bahia

Salvador  
2008

REBECA LIMA AZEVEDO

**ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS NA PERSPECTIVA DO ENVELHECIMENTO.** Um estudo de caso das localidades da Barra e Barra-Avenida em Salvador-Bahia

Trabalho monográfico apresentado na disciplina Seminário Monográfico como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Urbanismo.

Orientador:  
Prof. Dr. Luiz Antônio de Souza.

Salvador  
2008



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – CAMPUS I  
**COLEGIADO DO CURSO DE URBANISMO**

REBECA LIMA AZEVEDO

**ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS NA PERSPECTIVA DO ENVELHECIMENTO.** Um estudo de caso das localidades da Barra e Barra-Avenida em Salvador-Bahia

Monografia para obtenção do grau de Bacharel em Urbanismo

Salvador, 09 de Janeiro de 2008

Banca Examinadora:

Luiz Antônio de Souza \_\_\_\_\_  
Professor do Curso de Urbanismo  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Liliane Ferreira Mariano da Silva \_\_\_\_\_  
Professora do Curso de Urbanismo  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Hilda Maria de Carvalho Braga \_\_\_\_\_  
Professora do Curso de Geografia  
Universidade Federal da Bahia - UFBA

*Dedico este trabalho a minha mãe, Eulália,  
pelo seu amor incondicional, pelo esforço em  
me educar, pelo seu apoio e confiança, por  
estar ao meu lado nas horas que sorri, que me  
lamentei, nos meus dias de mau humor,  
quando me acalmou com seu carinho e suas  
palavras sábias, pela pessoa maravilhosa que  
é, a qual admiro e tenho como referência.  
Por ser Tudo em minha vida.  
Mãe, essa vitória eu devo a você!*

## **AGRADECIMENTOS**

Grande é minha lista de agradecimento (o que me torna uma pessoa de sorte).

Agradeço imensamente aos meus pais, Eulália e Evan, pela dádiva da vida.

Aos meus irmãos, Veruza, Agnelo, Naara, Péricles e Valéria que estiveram presentes em todo esse percurso me incentivando e acreditando em meu potencial e me ensinando a acreditar na minha capacidade.

Às minhas sobrinhas, Alice e Cecília, por me proporcionar momentos de extrema alegria.

À Lívia, minha “quase mãe”, pelos momentos a mim dedicados.

Ao meu orientador, professor Luiz Antônio de Souza, pela oportunidade proporcionada, confiança, e suas contribuições na condução deste trabalho.

À minha família: primos, tios, avós e aparentados, por todo carinho a mim dedicado.

Recebi ajudas preciosas de meus amigos mais que especiais: Luanna, Carol, Roberta, Maiana, Renata e Mayara, que em tantas ocasiões estiveram comigo em momentos de risadas, “surtos” e choros, mas que sem dúvida colaboraram e me incentivaram a escrever sobre este tema.

Aos meus amigos do Sat-Sucom pelo carinho e torcida.

Tenho muito a agradecer e a muitas pessoas. Não dá para citar o nome de todas as pessoas que me auxiliaram até onde já cheguei, mas as tenho guardadas dentro do meu coração.

A todos que colaboraram direta ou indiretamente para a concretização *deste sonho*.

**MUITO OBRIGADA!**

*“De todas as realidades, talvez a velhice seja aquela da qual conservamos durante mais tempo na vida uma noção puramente abstrata.”*

M. Proust

## RESUMO

A configuração das cidades é constituída pelo conjunto de todos os espaços urbanos. Dentre esses destacam-se os espaços públicos como lugares de socialização, de liberdade e inclusão social. Notadamente os espaços livres públicos de permanência, como praças, parques e praias são lugares destinados a realização do lazer, esporte, congratulações, e muitas outras relações sociais, indispensáveis à garantia de melhores condições de vida para toda a população, especialmente para os/s idosos/as. Os espaços livres exercem importante papel no contexto das cidades contemporâneas, na medida em que estruturam áreas de proteção ambiental, criam possibilidades da formação e fortalecimento da identidade local, e propiciam a socialização dos indivíduos, possibilitando encontros e lazer, garantindo a plena inclusão de usuários com diferentes habilidades e restrições. O crescente envelhecimento populacional, um fenômeno mundial, com especificidades nos países em desenvolvimento, vem apresentando desafios para toda a sociedade. Nesse sentido, a população idosa deve ser pensada como usuária desses espaços no sentido de garantir com prioridade seu direito de cidadania. Nos Bairros da Barra e Barra Avenida identifica-se debilidades desses espaços no que diz respeito a sua oferta e a sua adequação às demandas da população idosa que concentra ai a maior população acima de 60 anos na Região Metropolitana de Salvador. Desse modo, se impõe, como prioridade, a estruturação de espaços públicos livres de permanência, tais como praças, parques, praias dotados de equipamentos adequados à fruição do tempo quase sempre livre dessa população, para o lazer, os exercícios físicos, a sociabilidade e até mesmo a contemplação, como práticas de bem-estar, e direito de cidadania.

**Palavras-chave:** Espaços livres públicos de permanência; Envelhecimento; Barra; Barra-Avenida.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### Figuras

2.1	Esperança de vida ao nascer, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação – 1996-2006. ....	44
2.2	Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade, segundo as Unidades da Federação – 2006. ....	47
3.1	Foto aérea da área da Barra e Barra-Avenida.....	55
3.2	Localização da Barra e Barra-Avenida. ....	56
3.3	Renda per capita, 2000 – Salvador. ....	57
3.4	Curvas de nível da Barra e Barra-Avenida. ....	58
3.5	Pirâmide etária e por sexo da Barra e Barra-Avenida em 2000. ....	61
3.6	Índice de envelhecimento na Região Metropolitana de Salvador – 2000.....	62
3.7	Foto aérea do Largo do Porto da Barra. ....	79
3.8	Localização do Shopping Barra.....	83
3.9	Localização das áreas de lazer da Barra e Barra-Avenida.....	84

### Tabelas

1.1	Categorias de análise da paisagem. ....	21
2.1	Razão de sexo das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 2006. ....	48
3.1	Crescimento populacional da Barra e Barra-Avenida. ....	59
3.2	População por idade e sexo da Barra e Barra-Avenida em 2000. ....	60

### Fotos

3.1	Praia do Porto da Barra – jogo da peteca.....	66
3.2	Praia do Porto da Barra.....	67
3.3	Muro de contenção da praia do Porto da Barra. ....	68
3.4	Placa informativa – Praia do Porto da Barra.....	69
3.5	Grupo da hidroginástica(1) – Praia do Porto da Barra. ....	71
3.6	Grupo da hidroginástica(2) – Praia do Porto da Barra. ....	71
3.7	Grupo do dominó (1) – Jardim-Brasil.....	72
3.8	Grupo do dominó (2) – Jardim-Brasil.....	73
3.9	Praça da rua César Zama. ....	74
3.10	Praça do Forte Santa Maria. ....	75
3.11	Forte Santa Maria. ....	76
3.12	Farol da Barra. ....	77
3.13	Largo do Porto da Barra.....	78
3.14	Largo do Porto da Barra(2).....	78
3.15	Rampa de acesso à praia do Porto da Barra.....	82

## SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CF	Constituição da República Federativa do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOUOS	Lei do Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo de Salvador
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PNI	Política Nacional do Idoso
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RA	Região Administrativa de Salvador
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEPLAM	Secretaria do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente do Município de Salvador
SICAR	Sistema Cartográfico de Salvador
UDH	Unidade de Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Salvador
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
Aportes teóricos metodológicos .....	13
<b>1. CAPÍTULO I - Pensando o espaço livre público de permanência .....</b>	<b>18</b>
1.1. Considerações sobre espaços livres.....	20
1.2. A importância dos espaços livres públicos na cidade. ....	25
1.3. A praça como um espaço livre público de permanência e suas Atividades.....	27
1.4. O lazer .....	29
1.5. O lazer na perspectiva da pessoa idosa. ....	35
<b>2. CAPÍTULO II - O envelhecimento populacional e as novas demandas</b>	
<b>Cidadãs .....</b>	<b>39</b>
2.1. O que é o envelhecimento?.....	39
2.2. O mundo envelhece: a quantos por cento? .....	43
2.3. O direito de quem envelhece e a teimosia de quem experimenta seu exercício.....	49
<b>3. CAPÍTULO III – A caracterização dos espaços públicos de lazer dos bairros da Barra e Barra-Avenida e como os idosos/as fazem uso desses espaços .....</b>	<b>54</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS. ....</b>	<b>80</b>
<b>5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>86</b>

## Introdução

Esta pesquisa trata-se de um estudo exploratório e descritivo constituindo-se, portanto em uma análise qualitativa focada nos espaços livres públicos de permanência que se configuram em praças e praias, centrados nas localidades da Barra e Barra-Avenida no Município de Salvador - Bahia. Neste estudo, busco entender se e como esses espaços respondem às demandas que a nova imagem da velhice vem trazendo no sentido de desconstruir os estereótipos que associam o envelhecimento à doença e à incapacidade e reafirmar o direito à cidadania desse grupo etário tradicionalmente invisibilizado.

O Urbanismo cumpre um papel fundamental na garantia da autonomia, inclusão social e cidadania numa dimensão universal. Neste sentido, o envelhecimento populacional é um fenômeno a ser considerado por todos os campos sociais (FERNANDES, 2000). Torna-se assim necessário pensar o urbano na perspectiva da totalidade de seus habitantes, incluindo aí os idosos(as) independente de classe social, gênero, raça/etnia, dentre outros, na busca da compreensão de uma nova demanda gerada pela longevidade da população como fenômeno mundial.

Sob a égide do modo de produção capitalista, as cidades cresceram desmesuradamente e estrangularam as áreas verdes e os rios que entremeavam os bairros das cidades. Como uma forma de atenuar os problemas da urbanização é que, no final do século XIX, influências européias “invadiram” as principais cidades brasileiras, retratadas na implantação de passeios e jardins públicos.

Esses espaços, que aqui classifico como espaços livres públicos, constituem elementos básicos na configuração e estruturação do desenho da paisagem urbana. São espaços, comuns a todos os cidadãos, livres de edificação destinados prioritariamente ao lazer. Os espaços livres públicos representam para Scalize (2001) de fundamental importância para a sociedade e para a cultura, devendo estar disponíveis como fatores principais da experiência perceptiva e da palavra prática cotidiana.

De uma maneira bastante ampla, considero a praça e a praia como espaços livres públicos de permanência voltados essencialmente ao encontro no âmbito da esfera da vida pública. A sociabilidade neles desenvolvidas aparece ao mesmo tempo como cenário e como significado da vivência das transformações na trajetória da vida, principalmente das pessoas idosas.

O crescimento da população idosa no Brasil é particularmente relevante, tendo em vista o momento de transição demográfica que o país atravessa. Considerado até pouco tempo um país jovem, o Brasil vem paulatinamente tomando consciência do seu envelhecimento, apesar dessa questão ainda ser pouco discutida e trabalhada no país, sendo, portanto, um fenômeno mundial o crescimento dessa população.<sup>1</sup>

Apesar disso Valery (1995) afirma que o plano urbanístico dos grandes centros urbanos, e a cidade do Salvador se enquadra nessa classificação, é inadequado a uma condição digna de vida para a população mais velha e não leva em consideração a importância desse contingente populacional, do ponto de vista da produção, do direito ao acesso aos meios de consumo coletivo e do direito à cidade como uma dimensão do direito à cidadania.

Com vistas a aproximar o máximo possível da realidade do objeto em pauta as questões propostas foram trabalhadas em três capítulos. O primeiro corresponde ao referencial teórico que embasa o estudo, onde se pretende explicar como os espaços livres públicos de permanência se configuram no meio urbano, a sua importância na cidade e como o idoso usufrui desses lugares. Aborda-se ainda neste capítulo os conceitos de espaços livres públicos e lazer. A visão de diversos autores que discutem sobre este tema foi utilizada, a fim de ser realizada uma abordagem ampla relacionada ao mesmo.

Aponta-se os aspectos relevantes sobre o envelhecimento populacional no segundo capítulo, como forma de compreender os desafios postos aos planejadores das cidades contemporâneas a partir do crescente número de idosos em todo o Brasil e

---

<sup>1</sup> Fonte: IBGE- Censo Demográfico 2000

as suas novas demandas no sentido de viver uma velhice com dignidade. Os conceitos de envelhecimento, velhice e idoso foram descritos e discutidos embasados em teóricos da sociologia e antropologia do envelhecimento. Além da utilização das normas e leis vigentes no país referentes à população idosa.

A seguir, no terceiro capítulo, apresento, inicialmente, a caracterização dos bairros da Barra e Barra-avenida e seus dados demográficos. Em seguida faz-se a apresentação e discussão dos dados obtidos na pesquisa.

Por último são apresentadas neste trabalho as considerações finais, com o intuito de sintetizar as informações apresentadas nesta pesquisa. Este trabalho é pioneiro nesta temática, sendo necessário um maior aprofundamento e a realização de outras pesquisas que investiguem as demandas dos idosos por espaços livres públicos de permanência, com o intuito de promover melhores condições de envelhecimento.

## **APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS**

Tomando como base a maior concentração demográfica de idosos/as, escolheu-se para analisar essa problemática, as localidades da Barra e Barra-Avenida, em Salvador, correspondente a área de ponderação<sup>2</sup> nº.23, como classificada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e cuja população de 15.101 habitantes se constitui em 20% com idade igual ou superior a 60 anos, o maior índice nessa faixa etária residente num mesmo bairro em Salvador. Estes dados indicam uma maior demanda por espaços livres públicos de permanência adequados a esse contingente, de modo a garantir condições de vida compatíveis com os direitos de cidadania daqueles que envelhecem.

Para dar conta dessa problemática, considerou-se aqui fundamentalmente útil à utilização dos aportes teórico-metodológicos oferecidos pela teoria urbanista,

---

<sup>2</sup> Menor unidade geográfica para divulgação dos resultados da amostra do censo demográfico, constituída por um agrupamento de setores censitários. (CENSO 2000)

principalmente no que tange aos espaços livres públicos de permanência, bem como à produção teórica referente ao envelhecimento da população.

Tomo neste trabalho espaços livres públicos de permanência na acepção de Souza e Macedo (2003) que os caracterizam como espaços que não são de propriedade particular, administrados por órgãos públicos onde todas as pessoas têm acesso livre, sem custo, por serem abertas para o lazer e o descanso, como as praças, parques e aqui neste trabalho eu acrescento as praias. Esta conceitualização me permite apreender melhor meu objeto de estudo, na medida em que torna possível precisar sua delimitação, distinta dos espaços livres públicos de circulação - como as ruas, autopistas, calçadões e *boulevards*.

É o urbanismo simultaneamente, ciência de desenhar as cidades e a arte de construí-las, devendo, por isso, ser considerado como política pública (HOLANDA, 1995). Desse modo, deve ser pautado no desenho universal como instrumento adequado à realidade brasileira concebido na legislação (Lei nº 7.853/89; Lei nº 10.098/2000; Decreto nº 3.298/99) que viabiliza a participação social e o acesso aos bens e serviços para o maior contingente possível de usuários, contribuindo para a inclusão e desenvolvimento das pessoas que estão impedidas de interagir na sociedade ou com redução de sua capacidade.

A preocupação em desvendar a imagem que o habitante da cidade faz do meio urbano é relativamente recente. Segundo Del Rio (1990), foi a partir de 1960 que a participação popular passou a ter destaque na elaboração de projetos de urbanismo, em função da necessidade de renovação dos centros urbanos, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. Independente de se tratar de áreas residenciais ou comerciais, tornava-se necessário “renovar” alguns espaços centrais, carregados de simbolismo e/ou que tinham (re)adquirido valor para o capital imobiliário (CORRÊA, 1989). Assim sendo, os centros urbanos tornaram-se objeto da ação “renovadora” dos urbanistas, embora as maiores partes das modificações realizadas estejam marcadas pelo tecnicismo dos profissionais (na sua maioria engenheiros preocupados prioritariamente com as questões de tráfego e segurança).

Com a ampliação da participação coletiva na elaboração dos planos diretores, nos anos 70, prioritariamente na Europa (França, Itália, Inglaterra) e nos Estados Unidos, ganhou também destaque a necessidade de saber o que pensavam os usuários dos centros urbanos, no sentido de conhecer suas frustrações e satisfações em relação ao uso do espaço urbano. Desse modo, novas técnicas de planejamento urbano surgiram como o da avaliação pós-ocupação, que permitiram aos urbanistas tentar superar o fosso entre o planejado pelos técnicos e o que os usuários desejavam.

Já nos anos 80 surgiu a preocupação de que cabia ao arquiteto entender e pensar o desenho urbano de forma a preservar a imagem urbana. Assim sendo, a questão das representações tornou-se central, permitindo fazer uma ligação entre antropologia e a arquitetura. Desenvolveram-se então técnicas de captação e análise das imagens, no seio da antropologia visual, destacando-se o aporte de K. Lynch. Diante disso, Del Rio (1990) compartilha da definição de Lynch: “imageabilidade é a capacidade de evocar uma forte imagem em qualquer observador sobre algo”, sendo a qualidade mais importante que a quantidade.

A referência considerada neste estudo para identificar um grupo etário como velho é o marco tomado pela organização das Nações Unidas como caracterizador do envelhecimento: a idade a partir dos 60 anos para os países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, e 65 anos para os países desenvolvidos. No entanto, não se pode atentar somente para critérios cronológicos como parâmetro definidor da velhice, vez que o envelhecimento se constrói socialmente por um processo de entrelaçamento de diversas variáveis de ordem biológica, psicológica, social conformados de forma singular no contexto da heterogeneidade social. De igual modo, a velhice não pode ser entendida isoladamente das outras etapas do curso da vida, mas como uma relação de interdependência dinâmica entre todas elas.

A velhice, portanto, é uma construção social, cuja dinâmica no indivíduo e/ou no grupo traz a marca dos diferenciais de gênero, classe social, raça/etnia, dentre outras dimensões determinantes das relações que estruturam as sociedades em distintos contextos históricos, sociais e culturais. Desse modo, não é apropriado falar de velhice no singular, mas sim no plural.

As mudanças na estrutura etária, que mais recentemente se expressam em termos de um progressivo envelhecimento da população, introduzem questões e desafios de ordem prática da maior relevância, posto que interferem tanto no volume total das demandas por espaços públicos, com destaque especial para os de lazer, quanto na especificidade dessas demandas, introduzindo, ademais, incertezas em termos de sua evolução, ou seja, em termos de tendências.

Assim, os dados construídos neste trabalho foram orientados fundamentalmente pelo objetivo de identificar os espaços livres públicos de permanência e avaliar se eles são dotados de infra-estrutura adequada à população idosa, tomando como amostra as localidades da Barra e Barra-Avenida, em Salvador, na medida em que estes bairros apresentam um dos maiores índices de habitantes dessa cidade com idade igual ou superior a 60 anos. Expor essa realidade certamente contribuirá para pensar e planejar a cidade de uma forma mais inclusiva, dando consequência prática a um dos princípios básicos norteadores do urbanismo.

Busco responder algumas questões que informaram a construção dos dados desta pesquisa: A população idosa das localidades da Barra e Barra-Avenida do município do Salvador enfrenta, hoje, problemas relacionados à oferta e à infra-estrutura adequada de espaços livres públicos de permanência, deixando de atender as suas necessidades de estar nesses espaços, cerceando um dos mais elementares direitos de cidadania dos mais velhos? Há algum fator de ordem urbanística que impõe limites ao usufruto desses espaços pelos idosos/as?

Para Nahas (2001, p.5-6), qualidade de vida é "[...] a condição humana resultante de um conjunto de parâmetros individuais e sócio-ambientais, modificáveis ou não, que caracterizam as condições em que vive o ser humano"; a "[...] satisfação, realização pessoal, qualidade dos relacionamentos, opções de lazer, acesso a eventos culturais, percepção de bem-estar geral e outros".

Segundo Lameira (2007), "dentre estes direitos, o de fruir e usufruir os espaços públicos ressalta-se, então, a importância das políticas públicas ensejadas na direção da extrapolação da atividade pela própria atividade, por meio da democratização do acesso aos equipamentos, potencialmente, mediadores dos

saltos qualitativos entre as potencialidades e o efetivo desenvolvimento multidimensional da população urbana, no que tange à incorporação de estilos de vida ativos e saudáveis.”

Ancorada nesses pressupostos teórico-metodológicos busco apreender como os espaços livres públicos de permanência nas localidades referidas estão propiciando um lugar para os idosos se encontrarem e conversarem com tranquilidade.

No esforço de alcançar o que proponho neste estudo lancei mão da técnica da observação direta, por considerá-la adequada à pesquisa exploratória que é mais apropriada quando o tema em questão é pouco explorado, por se tratar de um fenômeno recente, cujos estudos sobre o mesmo são praticamente inexistentes.

Ainda para esse estudo realizou-se alguns procedimentos comuns às pesquisas exploratórias como levantamento bibliográfico, visitas ao local de pesquisa, levantamento de questões sobre o objeto da pesquisa e contatos pessoais com pessoas diretamente envolvidas com o tema estudado, além da utilização de documentação indireta, tendo em vista o levantamento de dados através de pesquisa documental e bibliográfica, realizada em órgãos públicos, como SEPLAM e o IBGE, bibliotecas públicas, como a da UNEB e da UFBA e pesquisas na Internet. Como técnica complementar, se fez necessário recorrer ao uso da fotografia em caráter ilustrativo, como apoio à linguagem escrita.

Utilizou-se, também, material cartográfico da área estudada com o objetivo de encontrar a razão entre espaços livres públicos de permanência e o total de habitantes.

## Capítulo 1

### **Pensando o Espaço Público como um lugar de fruição do tempo livre**

A partir do século XVIII com o desenvolvimento da era industrial na Europa Ocidental o processo acelerado de crescimento das cidades tornou-se incontrolável. Esse crescimento ocasionou problemas graves relacionados às condições de vida das pessoas, transformando as cidades, devido ao aumento desordenado da densidade populacional, em lugares inóspitos, insalubres, gerando situações críticas e desumanas de habitação. Com todo esse caos foram surgindo um grande número de epidemias e outros desastres ambientais, tornando o ambiente urbano desumano e inabitável. Na tentativa de resolver todos esses problemas surgiu, então, o urbanismo progressista que tem como linha de pensamento os conceitos pautados na qualidade de vida ambiental do meio urbano como, por exemplo, as exigências sanitárias, a circulação, o desenho urbano, entre outros. Choay (1992 p.8) vai dizer que as premissas ideológicas que nortearam o urbanismo progressista tem sua inspiração na promessa de promoção do bem-estar humano que a revolução industrial, como acontecimento histórico, descortinou.

Esse novo conceito baseava-se numa nova modernidade que primava por um urbanismo mais racionalista e de avanço técnico, optando por uma cidade mais limpa pautada em zonas específicas, com funções distintas, habitações, trabalho e lazer, com zonas de circulação concebidas com um certo distanciamento das áreas construídas e classificadas por diferentes vias e velocidades.  
(NUNES et al, 2007)

No contexto da industrialização, no entanto, como reação à destruição e exploração da natureza geradas pelas atividades fabris, emergem movimentos em defesa de condições ambientais condizentes com as necessidades de uma vida urbana saudável. Surgem, assim, a partir do século XIX, as novas alternativas para os sistemas de parques da cidade, destinados a conferir condições climáticas mais amenas, criando um tecido urbano interligado por grandes áreas verdes que permitisse, inclusive, a manutenção de ecossistemas dentro da cidade. Nesse cenário, inspirados nas idéias de Frederick Law Olmsted, considerado o principal expoente da arquitetura da paisagem, outros precursores projetam em várias cidades, dentro de um planejamento global, uma rede de espaços livres, áreas

verdes ou não, notadamente diversos parques nos Estados Unidos e Canadá. (SOUZA, 2003)

A partir da década de 1960, notadamente, na Europa, emerge um processo de discussão e reflexão sobre a função, a forma e o conceito dos espaços públicos nas cidades e a importância deles para a vida dos seus cidadãos. Sobre esse cenário a abordagem de Miranda apud Montenegro (2005 p.53-54) é exemplar:

É a partir da década de 1960 que começam a crescer, de modo mais organizado, as demandas por áreas verdes, parques e espaços lúdicos e de lazer. Pressionado pelas novas demandas sociais e culturais, o Estado se vê obrigado a reciclar seus papéis e a assumir a função de lazer como atribuição do poder público, conforme, aliás, os pressupostos do urbanismo moderno já fixados na Carta de Atenas, que definiam ser a cidade o espaço da produção, da habitação, da circulação e também do lazer. Essa função não é assumida apenas pelo Estado, mas também por boa parte das instituições – associações de classe, sindicatos de trabalhadores, movimentos de moradores, entidades sociais, religiosas – que são solicitadas pelos seus filiados a darem conta dessas novas aspirações. Ao mesmo tempo a iniciativa privada vai encontrar aí uma nova fonte de exploração econômica.

No Brasil, os espaços públicos decorrentes da evolução da arquitetura paisagística seguiram várias tendências. Inicialmente no período colonial a urbanização é marcada pela transposição dos modelos londrinos e parisienses. Os espaços públicos foram trazidos juntamente com a Corte Portuguesa em 1808 e conseqüente transformação do país em sede do reino. Grandes transformações ocorrem nas cidades, numa tentativa de reproduzir nos trópicos um modelo da sociedade européia. Assim é que os parques públicos brasileiros foram inspirados na visão campestre oriunda dos parques ingleses, caracterizados pela mesclagem contrastante de bosques e gramados com a sinuosidade dos córregos. Nesses parques ainda apareciam a ordenação de um sistema viário onde uma via principal servia de convergência para os vários caminhos secundários, guardando assim semelhança com os modelos parisienses. (MACEDO, 2003)

A ruptura da arquitetura paisagística brasileira com as antigas influências européias situa-se no século XX. Sob a influência nacionalista assume uma identidade própria. É um movimento que emerge no pós-segunda-guerra movido pela demanda social crescente por projetos para uso e construção de espaços livres. Essa demanda decorre da grande expansão da urbanização brasileira, resultado do grande fluxo da população para as cidades. Desse modo, os arquitetos paisagistas brasileiros

buscaram conceber parques, praças, jardins públicos e particulares orientados pela idéia de resgate das raízes nacionais e delas foram retiradas novas fontes de inspiração. Nesses espaços foram priorizadas as atividades de lazer como as esportivas e por isso nesse período foram criadas quadras de esportes, canchas de bocha e campos gramados de futebol. O “playground” desembarca nos espaços públicos brasileiros a partir dos anos 40, vindo de uma criação tipicamente norte-americana. Mas é a partir da década de 1950 que os parques públicos no Brasil ganharam maior incremento, com o reconhecimento internacional da arquitetura brasileira através dos nomes de Oscar Niemayer, Lúcio Costa e Burle Marx. O Parque Ibirapuera, em São Paulo, e o Parque do Flamengo, na baía de Guanabara foram os destaques das realizações dessa época. (Idem)

### **1.1 Considerações sobre espaços livres**

Devido as profundas transformações ocorridas nas concepções do urbanismo moderno, não se constitui numa tarefa fácil definir conceitos e categorias que dizem respeito aos aspectos urbanos, o que causa muitas vezes interpretações contraditórias (MACEDO 2003). Daí a importância em apresentar alguns conceitos e classificações, neste trabalho tendo em vista situar o objeto deste estudo.

Os espaços urbanos são todos aqueles que dão configuração às cidades. Podem ser fechados, espaços edificados, ou livres, espaços sem edificações. Desse modo todo espaço não ocupado por edificações pode ser definido como espaço livre. De acordo com Macedo apud Souza (2003 p.35), esses espaços livres não contidos dentro das edificações englobam também as áreas verdes, na medida em que são livres todos os espaços não edificados.

Participando desse debate Coelho Neto apud Souza (2003,) discute a visão dicotômica entre o espaço construído e o não-construído. Este, caracterizado de espaço livre, termo que para o mesmo autor traz embutido a idéia de prisão ou proteção ao espaço construído. Chama a atenção para o entendimento destes espaços como livres de edificações, mas não livres de ocupação, considerando os

vários usos durante o longo período histórico das cidades, bem como, a valorização e apropriação desses espaços.

Souza (2003), por suas vez, vem acrescentar a este conceito de espaços livres a idéia de algum elemento configurador, podendo ser tomado como esse elemento as vias e edificações adjacentes que constituem o entorno de um espaço livre urbano.

Barcellos apud Macedo (2003) vai relacionar em uma síntese, como apresentada na tabela abaixo, algumas das mais encontradas tipologias de configuração físico-espacial dos espaços livres nas cidades Neste quadro de categorias o autor corrobora o conceito de espaços livres urbanos como formulado por outros autores já citados. Traz, no entanto, uma abordagem sobre espaços livres de urbanização definindo-os como escalas maiores da paisagem, em regiões não urbanizadas, de propriedade particular ou pública.

**Tabela 1.1 – Categorias de análise da paisagem**

ESPAÇOS LIVRES URBANOS		ESPAÇOS LIVRES DE URBANIZAÇÃO	
<u>Privados:</u> Jardins residenciais ou comerciais, pátios, quintais etc.	<u>Públicos:</u> Parques, praças, ruas, largos, becos etc.	<u>Privados:</u> As diferentes modalidades de propriedade rural particular.	<u>Públicos:</u> Terras do poder público em geral, faixas de estradas, terras devolutas, áreas da marinha, parques

Fonte: Barcellos apud Macedo (2003)

Ainda na abordagem de Souza (2003) os espaços livres exercem importante papel no contexto das cidades contemporâneas e elabora uma classificação das funções desses espaços: função organizacional, ecológica cultural e, sobretudo, a função social, na medida em que confere à infra-estrutura da cidade uma ordenação, configurando o desenho urbano; estruturam áreas de proteção ambiental, criam possibilidades da formação e fortalecimento da identidade local, e propiciam a socialização dos indivíduos, possibilitando encontros e lazer, garantindo a plena inclusão de usuários com diferentes habilidades e restrições. Considerando a população idosa, objeto deste estudo, como usuária desses espaços, na perspectiva

do direito de cidadania, é de fundamental importância, neste trabalho, centrar a atenção, sobretudo, na função social dos espaços livres urbanos.

Além disso os espaços livres são ainda classificados como públicos X privados, de acordo com a propriedade e como de circulação X permanência, conforme a função. São considerados espaços livres privados e de permanência todos aqueles circunscritos aos domínios particulares tais como lotes e jardins de residências e condomínios, particulares. Entende-se por espaços livres públicos aqueles espaços que não são de propriedade particular, os locais onde todas as pessoas têm acesso livre, sem custo, como as ruas, além de áreas abertas para lazer, descanso (canchas de esporte, campos, passeios, parques). São espaços livres administrados por órgãos públicos destinados ao uso geral da população. São caracterizados como espaços livres públicos de permanência as praças e parques ao que acrescento as praias e como espaços públicos de circulação as ruas, autopistas, calçadões e *boulevards*. (SOUZA, 2003; MACEDO, 2003)

É inegável a importância de todas essas categorias de espaços livres, visto que garantem uma paisagem urbana mais agradável e promovem condições que atendam melhor as necessidades humanas, no uso da cidade, de acordo com a Carta de Atenas, do habitar, circular, trabalhar e recrear, na medida em que interferem na sua configuração e escala.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador (Lei 6586/04, Anexo A.90), no entanto, caracteriza os espaços livres como Espaços Abertos Urbanizados, ou seja, “espaços de uso público, responsáveis pelo conforto climático, sonoro, visual, pela qualidade do ar e pela imagem da cidade utilizados para o convívio social, o lazer, a prática de esportes e a recreação da população”. Ele engloba nesse conceito, Espaços Abertos Urbanizados, as praças; mirantes; jardins públicos; áreas verdes integrantes ao loteamento; espaços utilizáveis para o lazer e o esporte, tais como campos e quadras esportivas, sem desenvolver, no entanto, uma nítida distinção entre público e privado e espaço de circulação e de permanência.

Antes da metade do século XIX, as cidades passaram a ter uma configuração espacial diferente. Com essa nova configuração foram-se formando as cidades com

novos espaços mais adequados às necessidades das relações entre seus habitantes e como resultado dessas mesmas relações. É assim que surge o espaço público da cidade, pertencente ao povo como ruas, praças, calçadas, calçadões, lugar de encontros, de convívio, da memória coletiva, mas também de conflitos, expressão das trocas sociais, culturais e comerciais (NUNES et al, 2007)

A palavra público, que diz respeito a todos, surgiu do latim *publicus* no século XIV. Algo público significa tornar público, vindo do latim *publicare* e desse modo publicar ou publicizar pressupõe a normatização da ampliação do espaço comum, aquilo que é acessível a todos, transformando-se em espaço público, configurado pelo princípio da liberdade em espaço de discussões e decisões, condição indispensável à constituição do espaço político (FILHO, 2004). É o lugar onde os problemas simultaneamente se apresentam, conformam-se em dimensão pública e são resolvidos. (GOMES, 2002)

Tomando de empréstimo as formulações de Corrêa (1989), esse lugar assume, como todo espaço urbano, uma dimensão simbólica que varia segundo o significado que lhe confere os diferentes grupos sociais, em cuja diversidade a composição etária constitui uma de suas dimensões. Desse modo, são as ações sociais do presente marcadas pelas impressões do passado que configuram as formas espaciais na atualidade. Para o mesmo autor, esse espaço condicionado socialmente e repleto de símbolos, constitui-se em campos de luta, resultado da heterogeneidade de interesses dos diversos agentes categorizados em proprietários dos meios de produção, o Estado, os grupos sociais excluídos, proprietários fundiários e promotores imobiliários. As ações desses agentes são contraditórias, mas complementares, que de acordo com a lógica capitalista buscam a reprodução do capital pela apropriação privada da terra urbana.

O espaço público, constituído como um conjunto de lugares, cujo uso privado é proibido, define-se como sendo de uso e domínio coletivo sob a gestão das instituições governamentais. Esse caráter público é afirmado juridicamente, no entanto o que dá efetividade ao seu caráter é a forma de apropriação, utilização e pertencimento da população. Sendo este percebido através dos comportamentos individuais e grupais em praças e outros locais públicos (VAZ, 2007).

Para Nunes et al (2007) os espaços públicos, embora administrados pelo poder municipal, estão sujeitos a múltiplas intervenções de diversos agentes externos: especuladores imobiliários, outros grupos vinculados a interesses comerciais que não respeitam leis e códigos de ética destinados à garantir os interesses da população, prevalecendo, desse modo, os interesses voltados para o enriquecimento econômico individual no uso e modificação dos espaços públicos.

Afirma assim, que em função da abrangência do domínio do meio urbano que envolve também questões políticas, econômicas e sociais, a questão dos espaços públicos destinados ao povo vem deixando de existir na contemporaneidade, na medida em que as regras das relações sociais são ditadas pelas idéias individualistas que caracterizam o capitalismo e sobrepõem à coletividade. E cita Azevedo que na mesma direção interpretativa vai dizer que os espaços públicos com o tempo deixaram de ser uma referência como unidade espacial, distinguindo-se, de acordo com os grupos sociais ocupantes dos mesmos, em áreas específicas. Desse modo perde sua referência simbólica de espaço para todos, na medida em que, ao se conceitualizar de acordo com sua função, altera seu sentido enquanto espaço público.

Nesse mesmo sentido Levitas citado por Serdoura e Silva (2006 p.07) afirma que “o papel do espaço público, assim como a natureza e o conteúdo da interação social que nele tem lugar varia com a classe, grupo étnico, idade, estruturas e tipo de especialização funcional do bairro onde se localiza”.

O espaço público tem sido objeto de investigações experimentais e teóricas, efetuadas principalmente por Gehl e Gemzoe (2000). Eles consideram que o uso desse espaço, como social e recreativo, tem vindo a crescer gradualmente. Deste modo, o planejamento urbano reconhece como cada vez mais importante para a vida urbana as formas de vida pública no espaço público.

O espaço público é um lugar de convívio da coletividade e do diálogo entre os mais diversos segmentos da população de uma cidade. É onde se expressa a diversidade que caracteriza o social. Sendo, portanto um lugar onde são estabelecidas as

relações sociais intra e intergeracional. Ou seja, o espaço público é tomado aqui como o lugar de uso comum e posse coletiva dentro do território urbano tradicional, no qual a predominância do privado configura as cidades capitalistas.

Os espaços livres são também espaços projetáveis, constituindo o centro da atenção dos arquitetos de paisagens. Muitas vezes, numa visão equivocada, consideram-se os arquitetos paisagistas como os profissionais que tratam dos espaços verdes livres. Desse modo, esta visão contribui para uma superposição dos conceitos de espaço livre e área verde. As áreas verdes, aquelas cobertas pela vegetação, é uma categoria importante de espaços livres em nossa concepção. (SOUZA, 2003) Há alguns casos em que se utiliza a expressão área verde para designar espaços livres destinados ao lazer. Essa mesma expressão também é usada para determinar porções de superfície de espaços livres cobertos por vegetação, incluindo um leque de espaços livres que vai do simples canteiro até o bosque, em outros momentos refere-se às praças e parques de uma cidade. Na proposição de Mesquita e Sá Carneiro Apud Macedo (2003), por exemplo, os espaços livres são áreas parcialmente edificadas com a mínima proporção de elementos construídos, como as avenidas, ruas, passeios, vielas, pátios, etc. Ou com a presença de vegetação, como parques, jardins, praças, cujas funções principais são circulação, recreação, composição paisagística e de equilíbrio ambiental, e ainda permitem a distribuição e a prestação dos serviços em geral. Segundo Macedo (1995 Apud Macedo 2003 p.27), “a expressão área verde é genérica demais para diferenciar distintas situações, pois como é sabido nem todas as áreas verdes destinam-se ao lazer e à recreação, assim como nem todas as praças contêm necessariamente áreas ajardinadas”. Concordo com Souza (2003) que considera as áreas verdes como espaços verdes livres, isto é, espaços livres cobertos por vegetação.

## **1.2 A importância dos espaços livres públicos na cidade**

É indiscutível a importância do papel que cumpre os espaços livres na vida da cidade. E essa importância não diz respeito à quantidade, mas às relações que mantém, especialmente quando relacionados a áreas verdes urbanas. A

manutenção dos espaços livres existentes e a criação de novos contribuem consideravelmente para o fortalecimento dos valores da comunidade.

No que se refere à identidade dos lugares os espaços livres e áreas verdes são muito importantes, vez que além de acentuar os traços físicos do lugar, delimitam as áreas urbanizáveis, promovendo a diferenciação da paisagem, ressaltando seus fragmentos fortes que garantem seu embelezamento. No aspecto das funções de caráter visual as áreas verdes servem como suavizantes contra a poluição da geometria impressa nas massas construídas. Não se pode esquecer do papel preponderante que os espaços livres assumem na amenização dos micro-climas. É inegável a influência das áreas verdes sobre a qualidade do ambiente urbano. Atuam, tanto na regulação da temperatura, amenizando o calor, quanto contribuindo para a ventilação da cidade determinada pela variação térmica que as áreas cobertas pela vegetação propiciam. Assim atenuam a aridez das áreas nuas e edificadas, provocadoras de massas de ar quente que se formam sobre as cidades. Além do mais, contribuem significativamente no controle dos índices pluviométricos e favorece a drenagem pluvial. A vegetação em grandes maciços associada aos desníveis topográficos contribui para a redução dos ruídos, da poluição, retendo a poeira e dispersando com a ventilação as partículas poluentes. (MACEDO, 2003; MONTENEGRO, 2005 dentre outros)

Merece destaque especial a relação dos espaços livres com os valores recreativos, considerando seu papel fundamental nos momentos de lazer, nos quais os indivíduos podem desenvolver as mais diversas atividades nesse sentido. Esses espaços podem ser utilizados como espaços para práticas esportivas, para a contemplação, ambientes de estar, atividades culturais e, sobretudo, como espaços de integração e sociabilidade. Enfim, para usufruir seu tempo livre, parando para descansar e relaxar da agitação provocada pelo burburinho da vida moderna e desse modo recuperar as energias, tanto físicas quanto mentais, consumidas nas lidas cotidianas, ou até mesmo pela falta delas. Basta pensar na velhice. Vale ressaltar, porém, que pensar os espaços livres como garantia de todas essas funções não significa a utilização de materiais sofisticados de formas complexas, mas pensar as formas de adequá-los ao meio e aos usuários. (Idem)

### 1.3 A praça como um espaço livre público e suas atividades

As praças são espaços livres públicos de permanência constituintes do tecido urbano que cumprem papel importante como referencial de localização e organizadoras do espaço urbano. são dotadas de equipamentos para propiciar o convívio social, a recreação e a realização de eventos. De acordo com Ferrari (2004 p.293) a praça é um

Logradouro público urbano, geralmente de forma retangular ou quadrada, delimitado por vias ou algumas vezes por edificações. É um espaço de lazer ou recreação, podendo conter ou não vegetação e edificação de caráter institucional. Tradicionalmente, a praça é um local de reunião importante nas cidades (...) Trata-se de um bem público de domínio público, portanto inalienável.

Essa importância da praça tanto em relação à formação do espaço urbano quanto no que se refere às relações sociais e ao traçado urbano, remonta à ágora grega e ao fórum romano, ou à praça medieval européia. Historicamente vem assumindo distintas conformações relacionadas, principalmente à dicotomia natureza x evolução urbana e nada mais é do que a expressão espacial decorrente da vida urbana em sua intrincada manifestação. Ela apresenta diversas formas de expressão, contudo são todas resultantes das necessidades de funcionamento da ordem urbana, não só de caráter civil, mas também militar e religioso. (ORNSTEIN et al apud Macedo 2003)

As praças são lugares que valorizam o sentimento de coletividade e favorecem a vida social, sendo mostradas na história como uma extensão das “casas”, onde no passado ocorriam os acontecimentos mais importantes da vida em comum, ela era o lugar urbano por excelência. (ARANTES, 1998: 102-103 em CARACAS, 2000: 02 em MOTENEGRO, 2005)

Um acontecimento importante para o crescimento das praças foi o processo de urbanização da cidade ocidental acelerado a partir do século XIX, devido às modificações dos meios e modos de produção processadas pelas atividades fabris e industriais que substituíram as agrícolas e artesanais. Carvalho (2003 p.01), no

entanto, vai apresentar limites desse modelo de urbanização de inspiração européia afirmando que

Sob a égide do modo de produção capitalista, as cidades cresceram desmesuradamente e estrangularam as áreas verdes e os rios que entremeavam os bairros das cidades. O urbanismo de inspiração européia, nos fins do século XIX, alimenta algumas medidas de mitigação do problema com a implantação de passeios e jardins públicos nas principais cidades brasileiras que, no entanto, não ficaram livres de destruição, inclusive pelas próprias prefeituras.

E foi no bojo da análise dessas limitações do urbanismo progressista que a idéia do Urbanismo Culturalista se difundiu ancorada nas obras pioneiras de Camillo Sitte, Ebenezer Howard, Idelfonso Cerda. Os urbanistas atentaram para a utilização comunal dos espaços abertos, visto que até então seu uso priorizava apenas a circulação e organização da vida em comum. (MONTENEGRO, 2003)

No Brasil a praça, desde o período colonial, se apresenta como um espaço, que associado à rua, tornou-se fundamental na configuração do traçado urbano e das relações sociais que iniciavam seu desenvolvimento, constituindo-se na área pública urbana de maior importância na história das cidades no país (MACEDO, 2003). Ao longo do tempo houve grandes modificações nas variadas praças brasileiras. Algumas vezes seguiam os modelos estrangeiros, outras vezes buscavam se adaptar para atender as necessidades locais. Atualmente, no Brasil, se encontram as praças compondo a paisagem urbana em diversos pontos das cidades contemporâneas; nos bairros residenciais ou nos espaços centrais em áreas maiores, ora para atender às necessidades de lazer, ora com uma gama maior de atividades.

Praças são áreas livres de edificações e acessíveis à população, sejam grandes ou pequenas, onde se apresentam como um local de convergência de toda a população, pois são nesses lugares que as pessoas trocam idéias, namoram, fazem política, contemplam a paisagem, enfim, desempenham a vida urbana ao ar livre. Robba e Macedo (2002) vai afirmar que as “praças são espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livre de veículos”.

Elas têm como papel promover a interatividade entre seus cidadãos e suas estruturas, e entre os próprios cidadãos como forma de criar uma sociedade participante, dinâmica e conhecedora de suas características culturais e históricas.

As atividades de lazer, desenvolvidas também nas praças, de acordo com Cunha citado por Macedo (2003) podem ser classificadas como ativas e passivas, ou seja, atividades que são determinadas a partir da exigência ou não de esforço físico na prática da descontração. Atividades como bate-papo, meditação e contemplação são tidas como atividades passivas, enquanto o correr, andar de bicicleta e caminhar são atividades ativas. E cada uma dessas atividades requer um espaço físico adequado.

Neste trabalho proponho me ater à categoria dos espaços livres públicos de permanência. Para designar a categoria do espaço estudado nesta pesquisa, optou-se pelo uso da expressão espaços livres públicos de permanência, por considerá-la mais adequada e completa. Dos espaços livres públicos de permanência categorizam-se as praças, os sistemas de parques, a praia dentre outros. A praça e a praia foram escolhidas nesta pesquisa como objeto de estudo, porque são principalmente estes os espaços livres públicos de permanência que compõem a paisagem da área urbana recortada com esta finalidade. A disposição, a oferta e as condições desses espaços para que possam ser utilizados pela população idosa da área referida constituem a centralidade neste trabalho.

#### **1.4 Lazer como atividade essencial para a vida humana**

Conforme Milton Santos (1996, p.28), O lazer “[...] passa a constituir um fenômeno misto: participa ao mesmo tempo como setor importante da economia e como vigorosa manifestação de cultura, opondo e reunindo, ao mesmo tempo, cultura de massa e cultura popular”.

O espaço público quando utilizado para desenvolver atividades lúdicas caracteriza-se como um espaço público de lazer, (praças, parques, praias, jardins, largos, ruas, dentre outros).

Para melhor situar a temática do lazer é de fundamental utilidade reportar ao conceito de Lopes (2007, p.01):

os espaços públicos urbanos devem essencialmente ser espaços de lazer, isto é, lugares de dinâmica cultural onde o lúdico faça ressaltar um conjunto de expressões ou rituais, sinônimos do direito à cidade e de usufruto de lugares «agradáveis para viver». Lugares que ofereçam uma grande escolha de atividades e que, ao prolongarem a vida interior, sirvam de receptáculo de muitas aspirações por vezes contraditórias, mas onde os cidadãos procurem sempre, mais ou menos conscientemente, estar em osmose com a sua unidade de vizinhança, o seu bairro, a sua cidade. O seu ordenamento é atualmente um dos aspectos vitais para a revitalização e a qualidade de vida no meio urbano. Eles interessam a todas as pessoas, independentemente do tempo livre e do grau de acessibilidades de cada um.

Concordando com Borges (1990) são nos espaços públicos de lazer urbano que melhor se desenvolvem as relações específicas entre os seres humanos diversamente agrupados por sexo, classes sociais, grupos etários, dentre outros. No mesmo sentido Gomes, (2002 p.72) vai dizer que esses espaços são pensados como espaços sociais riquíssimos em possibilidades de vivências coletivas inovadoras. Que devem “ser pensados como terrenos privilegiados da matriz de relações entre o público e o privado, pois é o território das práticas sociais, que permite a vivência do direito e justiça”.

Faz-se necessário um breve resgate histórico das iniciativas que buscavam afirmar a importância do lazer para a vida humana, quando se quer pensar este tema na sociedade contemporânea. Os filósofos sociais sempre ocuparam seu tempo na reflexão sobre o ócio. No entanto, foi a partir do século XIX com o advento da industrialização que se registra a produção de maior fôlego sobre este tema. Surge com o clássico manifesto *O Direito à Preguiça* do socialista Paul Lafargue, datado de 1880, no continente europeu, a primeira voz crítica para reivindicar o lazer operário. Os estudos filosóficos sobre o lazer ganharam maior densidade no século XX a partir das obras de Verblen, *Teoria da Classe Ociosa*; de Bertrand Russel, *Elogio ao Lazer* e de Joan Huizinga, *Homo Ludens*. Entretanto, só a partir das décadas de 1920 e 1930 é que se pode referir verdadeiramente ao surgimento dos estudos internacionais sobre o Lazer, notadamente na França e Estados Unidos. Contudo, o fortalecimento dos estudos sobre este tema e conseqüente mundialização de suas experiências teóricas só ocorreu no pós-guerra a partir da década de 1950,

independente da organização social, econômica e cultural de cada país (LEIRO, 2007).

Victor Melo (2002.p.5) vai falar que o lazer

Não é um campo ingênuo ou isolado das outras esferas da vida em sociedade, mas sim de tensão social, de diálogos e de conflitos, compreendido a partir da ótica de circularidade cultural (trocas mútuas e constantes de valores), onde a intervenção profissional deve superar o espontaneísmo e ser implementada de maneira conseqüente.

No Brasil, no contexto da luta dos trabalhadores/as pelos seus direitos, notadamente a partir da década de 1970, os movimentos sociais brasileiros cumpriram o papel, não só de se apresentarem como novos sujeitos sociais, mas também incluíram novas reivindicações em suas agendas de luta. Dentre estas, o lazer como direito social e como nova demanda a desafiar no âmbito formativo da educação física ganhou inquestionável destaque. Merece ressaltar nesse cenário a emergência de fóruns discursivos e de expressão literária próprios sobre o lazer no Brasil e muitas outras iniciativas de uso multivariado do tempo livre, com destaque para o SESC-São Paulo e PUC-Porto Alegre. (MASCARENHAS apud LEIRO, 2007).

Os trabalhos e conceitos principais sobre o lazer no Brasil estão fundamentados nos aportes teóricos do sociólogo francês Dumazedier (1976 p....) que elabora a seguinte formulação:

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Sobre este autor, porém, recai a crítica da não discussão em suas formulações sobre a influência do Estado na definição das políticas públicas, bem como na criação de espaços públicos como prática social de lazer, embora ainda seja o autor mais referido. (OLEIAS, 2007)

Oléias ainda vai dizer sobre a forma ideal de lazer como sendo um instrumento de ruptura da alienação do trabalho, constituindo-se em mecanismo de promoção social inovador para os trabalhadores, levando estes a novas perspectivas de relações

sociais. A livre integração entre seres humanos promovida pelos espaços de lazer traz em si a possibilidade de desenvolver a capacidade crítica, criativa e transformadora, permitindo sensações de bem-estar físico e mental para aqueles que se fazem possíveis tal experiência.

São nos espaços públicos de lazer que as pessoas se dão ao deleite à contemplação e ao descanso, à diversão ou alguma atividade esportiva despreocupadas de qualquer obrigação formal. É um lugar de uso do tempo livre para usufruir de encontros e companhia de amigos, vizinhos ou quaisquer outras pessoas, e, sobretudo, encontro com sua própria cidadania e num exercício de intersubjetividades se constroem novos sentimentos comunitários. Sejam praças, praias, jardins ou parques constituem-se em espaços micro onde se reproduzem as relações sociais diversas que os indivíduos vivenciam no nível mais amplo da sociedade. Dentre as normas sociais se impõe a divisão do espaço com os outros, para cujo aprendizado os espaços públicos de lazer se fazem privilegiados (LAMEIRA e tal, 2007)

O tempo livre é condição *sine qua non* para a existência do lazer. Este nas palavras de Lima (2006. p.72) “ao ser entendido como uma possível vivência social ocorrida no tempo/espaço conquistada pelo cidadão, aponta para a dimensão pública desse fenômeno, pois, como direito, o lazer deve fazer parte da política social, partindo do princípio de que o Estado deve prover condições básicas para o seu exercício por todos”. Surge na modernidade no final do século XVIII a partir da organização para reivindicar a redução da jornada de trabalho e uma maior disponibilidade de tempo livre, inserindo assim na configuração da luta de classes sociais. Após a revolução industrial a temática pertinente ao tempo livre humano vem ocupando lugar de destaque nas discussões e reflexões sobre a dinâmica social, assim como a partir daí vem sendo sistematizada.

Concordando ainda com a autora acima, considero de fundamental importância a implantação de infra-estrutura como sistemas de circulação, parques, praças, jardins, etc. destinados a garantir melhores condições de vida pelo seu uso

no tempo livre do cotidiano. É preciso criar esses espaços de lazer, pensando no melhor usufruto, especialmente das pessoas idosas que tem por direito maior tempo livre disponível, e bem merecido, após a dedicação do maior tempo de suas vidas, durante longos anos, ao trabalho de construção de bens para o bem-estar de toda a coletividade. Nesse sentido o lazer urbano não pode estar restrito aos ambientes naturais como praias, rios, lagoas e reservas florestais.

É propósito deste trabalho compreender como Borges (1990) que dispor de tempo livre para sua plena satisfação como o descansar, divertir, desenvolver as capacidades, tanto do corpo quanto do espírito, quando já deu conta de suas tarefas obrigatórias é um direito de todo cidadão. E que a importância do lazer cada vez mais crescente na contemporaneidade está relacionada ao trabalho, à educação, à qualidade de vida da população, à satisfação, ao prazer e à distração.

O lazer é um conjunto de ocupações as quais a pessoa se entrega plenamente, seja para descansar, distrair-se, seja para complementar suas informações desinteressadas, sua participação social voluntária ou sua capacidade criadora, após ter se libertado das suas obrigações profissionais, familiares e sociais (Dumazedier, 1976).

No entanto, Königsberger et al (2005) tem razão quando afirma que nas três últimas décadas, o espaço privado tem servido para confinar cada vez mais as pessoas, na medida em que os espaços públicos vêm sendo subtraídos da população citadina para privilegiar o sistema viário. As calçadas sempre mais estreitas e as ruas mais largas; os viadutos construídos sobre os escombros das praças. No Brasil os espaços murados, fechados conforma a situação urbana, tornando-se em geral bastante hostil, especialmente para as camadas e segmentos sociais marginalizados por variadas formas de discriminação, tanto de ordem étnica, quanto de classe social, de gênero, racial, dentre outras.

Vale ressaltar, ainda, os espaços classificados como “público-privados”, nos quais se incluem os *shoppings centers*. Conforme Hermann (2007 p.08) são espaços

privatizados e não-democráticos que tentam substituir o que deveria ser público: o direito ao lazer, à cidade e ao convívio. Citando a mesma autora:

Desde a década de 1970, os shopping centers, espaços artificiais de consumo e de lazer voltados para as elites, espalharam-se por várias regiões da cidade. É interessante observar que tais empreendimentos tiveram como modelo os centros de consumo norte-americanos, mas criam nos consumidores a ilusão de que poderiam estar em qualquer lugar do Primeiro Mundo: o espaço não imprime nenhuma marca nem referência às tradições culturais do país; trata-se de um campo global de consumo.

A história dos *shoppings* vem acoplada a história da organização social do espaço urbano e como produção social, neles se reproduzem a integração entre política, mercado, cultura e governo. (PADILHA, 2007.).

Comentando sobre o debate em torno da questão do espaço público realizado por especialistas de variadas áreas do conhecimento, desde os anos 60, Ferreira et. al (2000 p.03), constata, por um lado, que aparecem, ao mesmo tempo, novos espaços semi-privados ou semi-públicos - *shoppings*, espaços de lazer de condomínios privados, casa de recepções, etc - constituindo-se como parte do cenário urbano, profissional e familiar e questiona: “Isso significa a privatização da vida pública? Ou a publicização da vida privada?” E por outro lado observa que vai-se tornando evidente a vigência de um novo conceito de público, apesar dos repetidos discursos sobre a importância da revalorização do espaço público: os centros históricos, as praças, as ruas, etc.

Para elas, de fato, a associação tradicional do conceito de público e privado ao conceito jurídico de propriedade parece superado, na medida em que os novos espaços privados, semi-privados e semi-públicos buscam assumir-se enquanto lugares para abrigar a vida coletiva urbana. E em grande medida grandes eventos profissionais ou familiares tomam como palco esses espaços - *shopping centers*, casa de recepções, condomínios - que estão, em tese, abertos irrestritamente ao público.

Diante dessa constatação vão afirmar que:

Para a vida social urbana que se desenvolveu nos últimos séculos, a lógica da igualdade se impôs, justamente por estarmos diante de desconhecidos aos quais não podemos simplesmente tratar e nos

relacionar sempre segundo nossas prerrogativas individuais. 'Desconhecidos' que, semelhantes na nacionalidade e experiências culturais compartilhadas, deveriam se comportar e tratar-se reciprocamente como iguais no que diz respeito a regras que regem o País, o Estado, a cidade. Conseqüência prática da distinção entre o público e privado, entre interesse individual e interesse coletivo.

Corrêa (1989) acerta quando afirma que a configuração fragmentada do espaço urbano é decorrente das ações dos diversos agentes modeladores que produzem e consomem esse espaço.

### **1.5 O Lazer na perspectiva da pessoa idosa**

O lazer para a população idosa torna-se de fundamental importância, pois é nessa etapa da vida que existe uma maior disponibilidade de tempo livre e deve ser empregado em alguma atividade que lhe traga prazer e melhore a sua condição de vida. O lazer está aqui relacionado a atividades lúdicas, de interação inter e intrageracional nos espaços públicos destinados a essas atividades, ou seja, nas praças, parques, jardins, praias entre outros. A ludicidade apresenta-se importante para a saúde mental do ser humano, sendo um aspecto que merece atenção, pois é espaço para expressão mais genuína do ser, é exercício da relação afetiva com o mundo, com as pessoas e com os objetos.

Pensar e implementar políticas destinadas a atender as demandas da pessoa idosa é dever do poder público. Essas políticas devem envolver as variadas dimensões da vida social: a cultura, o lazer, o esporte a educação, a circulação dentre outros, no sentido de garantir o exercício da cidadania para aqueles que envelhecem. É fundamentalmente útil para o envelhecimento digno e feliz oferecer às pessoas nesse estágio da vida a possibilidade de integração com outros idosos/as e/ou com as gerações mais jovens, oportunizando-lhes a descoberta de novas fontes de satisfação na vida, por meio do entretenimento, do lazer, do convívio social. Proporcionar a descoberta de novos valores estimula a percepção e vivência da velhice sem a carga do estigma da associação da velhice à imagem da decadência, condição indispensável para o desenvolvimento das potencialidades humanas que não se esgotam porque ficamos velhos/as.

O relacionamento com o outro, nesse grupo de idade, é freqüentemente mais difícil. Nesse sentido, os espaços públicos a céu aberto desempenham um papel fundamental nas estratégias de sociabilidade dos idosos, pois permitem o estabelecimento de relações sociais com as gerações mais jovens - o que não acontece com os clubes ou associações de “terceira idade”.

Ao se falar na “transmissão entre gerações” e/ou “intergeracionalidade” a idéia de sermos submetidos ao ciclo da vida no sentido da sucessão e renovação das gerações se sobrepõe à idéia de que as relações geracionais são perpassadas por processos educativos, nos quais a aprendizagem toma o sentido de um duplo circuito.

Para Clarice Peixoto (2000a, p. 47) “As manifestações espontâneas de sociabilidade inauguram, assim, para as pessoas idosas, uma nova maneira de conceber sua imagem. Reconhecer a importância dessas práticas sociais permite a melhor compreensão dos mecanismos de apropriação de territórios e de construção da identidade ligada à idade, é, portanto de um sentimento de pertencimento a um espaço e um grupo social determinado.”

O lazer tem demonstrado ser muito atraente àqueles, como os idosos/as, que redescobrem interesses e motivações, quer seja pela experiência de visitar e conhecer novos lugares, quer seja pela convivência com outras pessoas com características semelhantes.

No intento de melhorar as condições de vida e garantir o bem-estar social, com especial destaque para as pessoas idosas, o lazer vem sendo compreendido como um elemento fundamental nesse processo. Desse modo é considerado como fator de promoção da saúde, na medida em que ajuda a prevenir e combater doenças. Esse reconhecimento é bastante reforçado pela comunicação de massa, bem como nos circuitos acadêmicos. Entretanto, não se deve negligenciar a inquestionável importância do lazer na prática social como necessidade intrínseca da condição humana.

Santana & Sena citado por Gáspari et al (2005b p.12) falando sobre a crise do indivíduo ao envelhecer ressalta a importância da elaboração coletiva das questões que a desencadeia por meio de ações educativas, tanto formais quanto informais por oportunizar o idoso/a confrontar fatos, idéias e realidade que vão de encontro ao cotidiano normalizador. Nesse processo, novas imagens, valores e atitudes frente ao envelhecimento, à velhice e à vida, são introjetadas e sua própria identidade (re)encontrada e (re)edificada. Nesse sentido, também ganha nova dimensão as relações com a vida, com o/s outro/s, permitindo ressignificar a auto-imagem e auto-estima, na medida em que a identidade individual não se constrói isolada da identidade social, ao contrário estão intimamente associadas.

Os mesmos autores citados acima referem às iniciativas pensadas para atender as demandas de convívio coletivo do idoso/a como incipientes, apesar da crescente preocupação com a problemática no sentido de reduzir a segregação desses grupos

No âmbito do lazer do idoso, elemento que tem vital importância pelo fato do aumento abrupto do tempo livre das obrigações trabalhistas, também, crescem as preocupações e tênues iniciativas voltadas às questões da qualidade de vida e do preenchimento qualitativo deste tempo livre, no sentido de libertá-lo dos estereótipos sociais que o afligem e rotulam, tanto mais improdutivo e decadente, quanto mais avança em sua idade cronológica. Algumas destas iniciativas, dispensando recursos financeiros, como expõe De Masi (2000), vêm ao encontro da satisfação das necessidades qualitativas radicais humanas (convivência, introspecção, brincadeira, amizade, amor), no sentido de reduzir as distâncias que segregam determinados grupos sociais.

Essas iniciativas de promoção do lazer para a pessoa idosa devem alcançar não só a dimensão do descanso e divertimento, mas imprimir pelo processo educativo a marca do desenvolvimento humano, tanto no âmbito pessoal como social, no sentido de criar as possibilidades para o idoso/a ressignificar seu lazer e reverter valores, atitudes, comportamentos e/ou condutas cristalizadas ao longo da socialização em sua trajetória de vida. Por essas iniciativas de convívio coletivo o idoso/a tem oportunidade de construir novos parâmetros centrados em suas opções e preferências pessoais, e nesse sentimento de liberdade deixar a alegria e o prazer de viver, o lúdico inerente em si fluir espontaneamente, conferindo-lhe um novo sentido para a vida (GÁSPARI et al, 2005b).

Clarice Peixoto (1995 p.88) num estudo sobre a sociabilidade dos idosos/as nos espaços públicos no Rio de Janeiro e Paris vai confirmar o que outros autores, um deles aqui citado, já vinham encontrando sobre a escassez desses espaços para a sociabilidade da população.

As praças e praias constituem raros espaços públicos gratuitos da cidade, o que permite às pessoas idosas freqüentá-los assiduamente...

Os espaços públicos tomados como lugares de sociabilidade, representando áreas de liberdade e de democracia são fundamentais para garantir melhores condições de vida para todas as pessoas, especialmente para os/s idosos/as que devem preencher seu grande tempo livre disponível em atividades que lhes proporcione estímulo à desconstrução dos estereótipos arraigados durante todo seu processo de socialização. Esses estereótipos representam a imagem da velhice de forma negativa associando-a à decadência e inutilidade, o que contribui para a visão negativa da auto-imagem e redução da auto-estima das pessoas quando envelhecem. No próximo capítulo falaremos sobre a realidade atualmente vivida pelos idosos, conforme a abordagem trazida na literatura sobre as pesquisas recentes relacionadas à temática.

## Capítulo 2

### Envelhecimento populacional e as novas demandas cidadãs

#### 2.1 O que é o envelhecimento?

O envelhecimento é um processo bio-psico-social, considerando os processos biológicos, psicológicos, sociais e a heterogeneidade das sociedades. Beauvoir (1990) já levantava desde 1970 a dificuldade em circunscrever a velhice, na medida em que o imbricamento das condições biológicas, psicológicas, existenciais e sociais significa que cada uma delas interfere em todas as outras e reciprocamente é afetada por elas. Desse modo, a autora vai afirmar que é inegável as mudanças ocorridas no organismo durante todo o curso da vida; alguns comportamentos são próprios da velhice; numa idade avançada o indivíduo estabelece uma relação diferente com o tempo, com o mundo e conseqüentemente com sua própria história; tanto na velhice como em qualquer outra idade é a sociedade que impõe o seu estatuto. (BEAUVOIR, 1990)

A velhice, então, só pode ser entendida como uma fase/etapa/estágio relacionada com os demais estágios do curso da vida, vez que todas elas são construídas, do mesmo modo, nas sociedades ocidentais na dinâmica do processo histórico-social. Nesse sentido, o lugar da velhice é demarcado continuamente em função da correlação de forças em permanente tensão que caracterizam as relações sociais. Britto da Motta (1999 p. 193) apresenta de forma bastante elucidativa os conjuntos de relações constituintes das relações sociais:

A vida social é estruturada em conjuntos de relações que em interface, ou articuladas dinamicamente, lhes dão sentido (ou ensejam ao analista entrever um sentido...). Os mais determinantes desses sistemas de relações são as classes sociais, os gêneros, as idades/gerações e as raças/etnias. Cada conjunto desses constitui-se, então, em uma dimensão básica da vida social - mas nenhum deles, analisado isoladamente, dá conta da sua complexidade.

Assim, pensar a velhice significa inseri-la na dinâmica da vida social, na qual os diferentes “lugares” que ela passa a ocupar, nas diversas épocas, está na dependência das diferenças expressas pelo entrelace dessas categorias relacionais

- classe social, gênero, idade/geração – no processo de periodização do curso da vida. (GOMES, 2001). O envelhecimento, portanto, não é concebido e vivido da mesma forma, implica numa variedade de representações e significados que resulta em posição social e tratamento singulares dos velhos pela sociedade em distintos contextos históricos, sociais e culturais.

Vale ressaltar, que os formuladores de políticas públicas voltadas para o atendimento dos requerimentos dos idosos/as precisam atentar para seus diferenciais de sexo, raça, classe social, inserção na família, mobilidade espacial, inserção no mercado de trabalho dentre outros aspectos, para que não sejam reforçadas, com essas políticas, as desigualdades existentes na sociedade se a velhice for entendida como um grupo homogêneo e dessa forma contribuir para aumentar a exclusão.

Segundo Debert (1999 p.51) há uma tendência de elaboração de grades de idades específicas em cada cultura, demonstrando assim “que a idade não é um dado da natureza, nem um princípio naturalmente constitutivo de grupos sociais, nem ainda um fator explicativo dos comportamentos humanos”. Desse modo, não só a velhice, mas as demais etapas da vida, infância, juventude e adolescência são elaboradas, obedecendo à mesma perspectiva. As pesquisas antropológicas têm demonstrado o processo da construção simbólica sobre o ciclo biológico da vida humana, caracterizado pelo nascimento, crescimento e morte. Nessa elaboração os indivíduos são envolvidos em rituais de passagem como demarcadores de fronteiras entre as idades, que guardam especificidades em cada sociedade. O trabalho de Áries (1978 p.48) sobre a infância é exemplar dessa construção social das idades. “(...) a cada época corresponderia uma idade privilegiada e uma periodização particular das vidas humanas: a ‘juventude’ é a idade privilegiada do século XVII, a ‘infância’, do século XIX, e a adolescência do século XX”. Mas esta periodização da vida, bem como ao que cada indivíduo pode ou não fazer, isto é, a definição de suas práticas em cada período, variam também internamente em uma mesma sociedade, conforme os grupos sociais que a compõem. É com esta compreensão da idade/velhice que proponho analisar neste trabalho os espaços livres públicos de permanência na perspectiva do envelhecimento.

A partir do rápido crescimento da população com mais de 60 anos, nas ciências sociais a antropologia e a sociologia do envelhecimento ganharam status de campo específico de investigação, isto é, quando a velhice se transforma em problema social. Não deve ser entendido, no entanto, que a velhice se transformou em problema social por mudanças demográficas pura e simples. A essa questão objetiva, sem a qual o problema não seria posto, somou-se problemas econômicos, especialmente no que diz respeito às mudanças da estrutura de proteção social do Estado e às transformações na estrutura da família tradicional que se responsabilizava com o custeio dos seus velhos incapazes de se sustentarem e foi transferindo este encargo cada vez mais para o grupo social, ou o estado-protetor. (PEIXOTO, 2000b). Esses fatores, dentre outras dimensões se conjugaram em um trabalho social de mobilização específica de enunciação e de formulação pública (LENOIR,1998) para constituir a velhice em problema social.

Nesse processo de transformação da velhice em problema social novos significados e representações da velhice e do envelhecimento foram elaborados e expressos em um novo vocabulário. O termo “terceira idade” condensa essa criação de uma nova imagem da velhice em oposição ao antigo tratamento que associava o envelhecimento à decadência física e mental, à incapacidade, à doença e à morte. Do mesmo modo, as representações sobre a aposentadoria foram invertidas, passando a incorporar a idéia de um período dedicado ao lazer, às atividades de maior cuidado com o corpo, à realização de anseios não efetivados até então, afastando-se dos signos tradicionais de um momento de recolhimento e descanso. Não se trata apenas de prover condições econômicas dignas aos idosos, mas de promover a integração social dessa população marginalizada, por meio de ações específicas de atendimento cultural e psicológico. (DEBERT, 1999; PEIXOTO 2000a)

Clarice Peixoto (2000a) vai associar essas mudanças de vocabulário à nova política social francesa a partir dos anos 60 do século XX, cujo aumento do valor das aposentadorias e pensões determinou maior prestígio dos aposentados. Assim os termos pejorativos – velho, velhote - foram substituídos por “idoso” e “pessoa idosa”, especialmente nos textos oficiais, transformando o indivíduo velho em sujeito respeitado. A liberação do trabalho apoiada no tempo de serviço e na idade cronológica permite a liberação de indivíduos ainda produtivos, mas cunhados como

inativos. E em função disso a aposentadoria para alguns significa deterioração da pessoa pela perda do estatuto de indivíduo produtivo, considerando a ênfase na apologia da produtividade e a ideologia do trabalho nas sociedades industriais. No entanto, para outros aposentados, notadamente os mais jovens, o tempo livre das atividades laborais adquire um outro significado, o da possibilidade de realização de velhos sonhos adiados que vão compor um novo projeto de vida, carregando a imagem de uma aposentadoria ativa e independente.

A introdução na França, a partir de 1962 dessas políticas de integração da velhice tinha como alvo mudanças político-administrativas, assim como elaborar uma nova imagem das pessoas de mais idade. “Os novos aposentados começaram a reproduzir práticas sociais das camadas médias assalariadas, já que a imagem de degradação estava muito associada às camadas populares: o antigo retrato preto-e-branco de uma velhice decadente toma o colorido de uma velhice associada à arte de bem viver” (PEIXOTO, 2000a p. 75/76). Assim, o termo “terceira idade” converte-se em uma nova fase do ciclo da vida que se interpõe entre a aposentadoria e a velhice, representando os jovens aposentados. Para a mesma autora a invenção da terceira idade é resultado da universalização do sistema de aposentadoria. A criação dessa nova classificação nas faixas de idade leva ao surgimento de práticas, instituições e agentes especializados na velhice que tomam a seu cargo a definição e o diagnóstico das necessidades dessa população. Esses gestores do envelhecimento prescrevem maior vigilância alimentar e exercícios físicos, além de atividades culturais, sociais e psicológicas para essa população que, a partir dos anos 70 deste século, passaria a ser tomada, especialmente nas sociedades européias e americanas, como um segmento marginalizado. Nesse processo, o envelhecimento transforma-se em símbolo da prática de novas atividades e para tanto, demanda a criação de um conjunto de equipamentos e serviços que elege a sociabilidade como seu objetivo principal atualmente. (DEBERT, 1999; PEIXOTO 2000b )

Merece destacar, nesse cenário, que ao reunir todas as idades sob o signo de aposentados cria a necessidade de distinção entre os “velhos jovens” e “os velhos velhos” e na França já surge, em consequência, uma outra classificação nas faixas de idade - a “quarta idade” - para definir os velhos acima de 75 anos. Essa nova

nomemclatura, ao contrário da terceira idade vinculada à vida ativa com autonomia e as práticas de sociabilidade, aproxima os muito velhos da imagem tradicional de incapacidade e decadência física. (Idem)

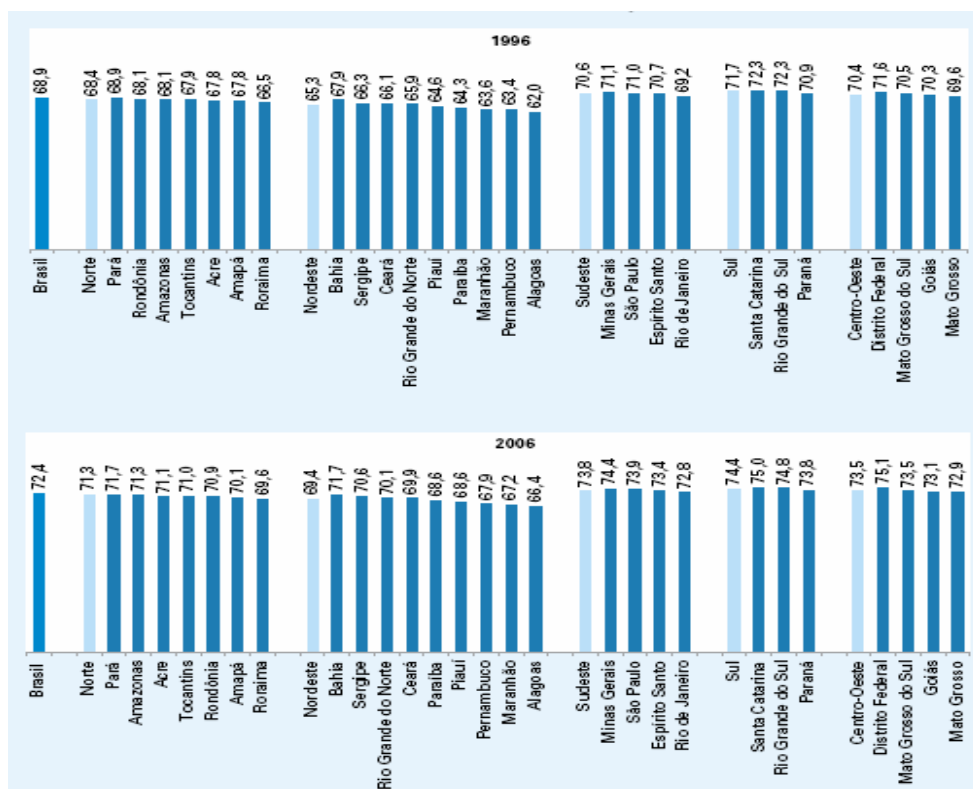
A nova ideologia da velhice, ou da não velhice inspirou, como já referido a criação de instituições voltadas às práticas do “envelhecer bem” a exemplo das Universidades para a Terceira Idade, Clubes da maior ou melhor idade (destinadas geralmente ao atendimento das camadas médias), Grupos de Convivência, Associações de Idosos (voltados predominantemente a velhos das classes populares), todos eles freqüentados majoritariamente por mulheres. Esses programas para idosos iniciados em alguns países da Europa e dos estados Unidos, a partir da década de 1960 do século XX, ganharam rapidamente a adesão de outros países. No Brasil iniciou-se, inspirado no modelo francês, na década de 80 e se disseminou intensamente nos anos 90. (GOMES, 2001)

## **2.2 O mundo envelhece: a quantos por cento?**

A população com mais de 60 anos vem crescendo intensamente nas últimas décadas, determinado pela redução da fecundidade e aumento da expectativa de vida, caracterizando-se como um fenômeno mundial de envelhecimento da população. De fato, o processo intenso e acelerado de declínio da fecundidade no mundo e no Brasil nas últimas décadas é bastante significativo. A taxa brasileira de fecundidade total caiu de 2,7 em 1999 para 2,0 filhos por mulher em 2006. Vários países, nos quais se destacam os europeus, já atingiram valores bem abaixo do chamado nível de reposição natural da população. Cuba por exemplo em 2005 chegou a uma taxa total de fecundidade de 1,6 filhos por mulher. (PNAD 2006).

No entanto, houve um incremento da esperança de vida ao nascer de 3,5 anos entre 1996 e 2006, passando de 68,9 para 72,4 anos de idade respectivamente. Desdobrando por sexo, observa-se uma situação mais favorável para as mulheres, cuja esperança de vida ao nascer no mesmo período variou de 72,3 para 75,8 anos

de idade, enquanto a variação para os homens foi de 65,1 para 68,7 anos respectivamente no período referido como mostra a figura 2.1. A combinação desses dois fenômenos, consequentemente resulta no aumento absoluto e relativo da população idosa.



**Figura 2.1**  
ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 1996/2006

Fonte: Projeto IBGE/Fundo de População das Nações Unidas-UNFPA/BRASIL (BRA/02/P02) – População Desenvolvimento- Sistematização das Medidas e Indicadores Sociodemográficos Oriundos da Projeção da População por Sexo e Idade, por Método Demográfico, das Grandes Regiões e Unidades da Federação para o Período 1991/2030.

O que caracteriza o envelhecimento de uma população é uma diminuição relativa na proporção de crianças e jovens e um aumento da proporção de adultos e idosos no seu conjunto. O envelhecimento de uma população não significa aumento da longevidade. O primeiro significa que há uma mudança na proporção de idosos na população e a longevidade implica em um prolongamento do tempo de vida das pessoas, não significando, necessariamente, que haja mais pessoas idosas na população. Nesse sentido a variável chave para definir o envelhecimento populacional é a queda da fecundidade. (ALVES, 2007)

Pela definição da ONU o limite para uma pessoa ser considerada idosa é 60 anos nos países em desenvolvimento e 65 anos nos países desenvolvidos. No Brasil o Estatuto do Idoso referenda a definição da ONU e inclui na população idosa as pessoas a partir de 60 anos. Os indicadores demográficos clássicos, tais como índice de envelhecimento, razão de dependência, entre outros, são calculados usando o limite etário de 65 anos.

O II Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento (BRASIL, 2003 p. 20) considera o aumento da expectativa de vida da população mundial como uma grande conquista da humanidade e reconhece que as transformações demográficas ocorridas na atualidade, até então, não há precedentes na história. Prevê que o número de idosos no mundo passará de 600 milhões a quase 2 bilhões, aproximadamente, até 2050. Pela primeira vez na história haverá no mundo um número maior de pessoas acima de 60 anos do que menores de 15 anos, no decorrer dos próximos 50 anos e nesse período está previsto a duplicação do percentual de pessoas de 60 anos ou mais, passando de 10% para 21%. No entanto, o que chama mais a atenção nesse fenômeno é que será nos países em desenvolvimento a ocorrência do maior e mais intenso aumento do número de idosos. A estimativa é que a população idosa no mundo em desenvolvimento será quadruplicada nos próximos 50 anos.

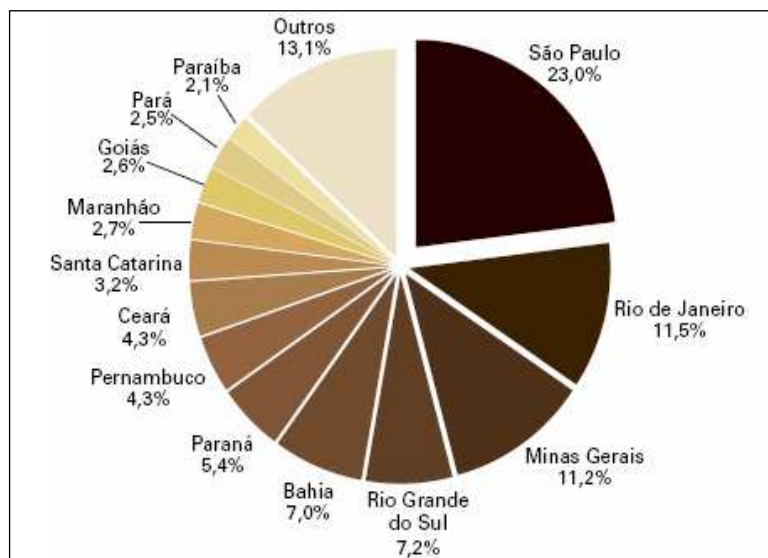
Assim é que desde 1980 mais da metade da população idosa já vive em países em desenvolvimento e que por recomendação da ONU todo país deve estruturar suas instituições, criando políticas públicas efetivas para o atendimento de padrões mínimos de vida digna para a população idosa, quando esta atingir o índice a partir de 7%. (MAGALHÃES, 1995)

O rápido aumento da população idosa, tanto em termos relativos quanto absolutos tem chamado a atenção quando se pensa o processo de urbanização e nos países em desenvolvimento a situação é mais preocupante, porque nestes persistem problemas das mais diversas ordens. Nesse sentido, a história recente da humanidade é marcada por esses dois fenômenos a urbanização e o envelhecimento da população. A partir da industrialização houve um processo acelerado de urbanização e determinou uma expectativa de vida menor nas cidades

do que no campo. Esta situação, no entanto, se inverteu no decorrer do tempo e a esperança de vida atual é maior nas cidades do que na zona rural. (NETTO, 1985; DAVIS, 1972, apud COSTA, 2002) No Brasil, o processo de urbanização está crescendo anualmente como mostra a PNAD – 2006, indicando que a taxa de urbanização em 2006 alcançou 83,3%.

O envelhecimento populacional brasileiro e em outros países em desenvolvimento tem ocorrido de forma muito acelerada, diferentemente do que ocorreu nos países desenvolvidos, notadamente na Europa. O Brasil dobrou em trinta anos seu contingente de idosos, enquanto que os países europeus levaram um século para envelhecer nesta mesma proporção. (KELLER et al apud COSTA, 2003). Magalhães (1995) indica que  $\frac{3}{4}$  (três quartos) da população idosa mundial estará abrigada nos países em desenvolvimento até o ano de 2025. O processo de envelhecimento da população brasileira vem acontecendo desde a década de 1950, onde 4% da população possuía 60 anos ou mais e já se prevê que em 2025, a população idosa atingirá em torno de 15% do contingente populacional do país, com 34,5 milhões de idosos. (PNAD-2006) colocando-se entre os países que abrigarão o maior contingente dessa população, ocupando o 6º (sexto) lugar neste “ranking”. A população de idosos do país, segundo projeções da OMS, crescerá dezesseis vezes no período entre 1950 e 2025. Dados ilustrados na tabela 01.

Os resultados da PNAD 2006 divulgados na Síntese de Indicadores Sociais, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE -2007) mostram que os brasileiros com 60 anos ou mais de idade somam 19 milhões de pessoas, correspondendo a 10,2% da população total. A figura 2.2 apresenta os percentuais de idosos em toda a Unidade Federativa.



**Figura 2.2**  
Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade, segundo as unidades da federação – 2007

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007

O grupo etário de mais de 65 anos forma um contingente de 13 milhões, equivalente a 7,1% dos brasileiros, constatando que a população idosa no Brasil apresenta uma tendência de crescimento muito acelerada.

Confirmou ainda as tendências anteriores de um crescimento mais acentuado do grupo etário acima de 75 anos no conjunto do país, equivalente a 26,1% da população de 60 anos ou mais. Essa mesma faixa de idade representava em 1996 23,5% da população referida. Em relação ao sexo a longevidade das mulheres aumenta nesse grupo etário em comparação com os homens, constituindo-se numa feminização da velhice. Assim é que na rede metropolitana de Salvador os dados citados apontam 51 homens para cada 100 mulheres nessa faixa de idade, sendo que no Estado da Bahia, como um todo, a razão de sexo é de 82 para 100. A tabela 2.1 ilustra os dados apresentados.

**Tabela 2.1 - Razão de sexo das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 2006**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Razão de sexo das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade		
	60 anos ou mais	65 anos ou mais	70 anos ou mais
<b>Brasil</b>	78,8	76,2	72,6
<b>Norte</b>	94,1	94,6	94,5
Rondônia	116,6	121,2	116,7
Acre	83,6	92,4	71,9
Amazonas	93,2	90,3	105,1
Roraima	106,6	102,9	63,1
Pará	80,4	88,2	85,9
Região Metropolitana de Belém	67,4	63,1	52,9
Amapá	86,7	80,3	(1) 60,1
Tocantins	102	113,5	122,4
<b>Nordeste</b>	81,1	80,8	78,4
Maranhão	94,6	91,9	89,3
Piauí	82,8	79,3	70,7
Ceará	80,2	77,6	75,6
Região Metropolitana de Fortaleza	68,0	64,4	58,6
Rio Grande do Norte	74,1	75,5	72,5
Paraíba	84,6	86,9	84,4
Pernambuco	70,4	70,5	68,4
Região Metropolitana de Recife	58,5	58,3	53,4
Alagoas	79,9	83,3	85,1
Sergipe	87,5	88,3	87,3
<b>Bahia</b>	<b>83,5</b>	<b>84,1</b>	<b>81,6</b>
<b>Região Metropolitana de Salvador</b>	<b>61,0</b>	<b>55,7</b>	<b>50,5</b>
<b>Sudeste</b>	74,7	70,7	66,7
Minas Gerais	80,1	76,8	73,8
Região Metropolitana de Belo Horizonte	70,6	65,5	61,5
Espírito Santo	84,4	83,3	79,5
Rio de Janeiro	65,6	60,1	57,5
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	63,2	57,9	55,4
São Paulo	75,3	72,9	67,4
Região Metropolitana de São Paulo	69,2	65,5	58,2
<b>Sul</b>	79,0	75,9	70,4
Paraná	81,9	80,9	80,8
Região Metropolitana de Curitiba	72,1	60,3	65,5
Santa Catarina	84,5	82,6	74,4
Rio Grande do Sul	74,6	60,7	62,3
Região Metropolitana de Porto Alegre	65,3	57,3	40,7
<b>Centro-Oeste</b>	90,5	91,2	91,3
Mato Grosso do Sul	90,8	87,5	88,6
Mato Grosso	107,1	115,9	124,4
Goiás	88,7	80,5	90,0
Distrito Federal	75,1	72,3	66,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007. Nota: Razão entre homens e mulheres em uma dada população expressa no número de homens para cada 100 mulheres.

(1) Dado sem significância estatística.

### **2.3 O direito de quem envelhece e a teimosia de quem experimenta seu exercício**

Diante dessa realidade demográfica a sociedade está desafiada a oportunizar a participação dos idosos em todos os aspectos da vida, para permitir-lhes aproveitar ao máximo suas capacidades. Está garantido no Plano de Madrid (2002 p.20), supra citado, a reafirmação do compromisso de todos os seus signatários, inclusive o Brasil, de mobilizar esforços, sem limites, no sentido de promover a democracia para eliminar todas as formas de discriminação, inclusive por motivo de idade. Reconhece, ainda, que desfrutar de uma vida plena é um direito dos idosos/as com participação ativa na vida econômica, social e política de suas sociedades, comprometendo-se em garantir e promover condições dignas de vida aos idosos com saúde, segurança, eliminando todas as formas de abandono, abuso e violência.

Ao abordar o papel do Estado brasileiro, no que diz respeito ao direito dos idosos ,deve-se tomar como referência a Constituição de 1988 que incorporou em suas disposições o conceito de Seguridade Social, transformando a visão assistencialista, que até então informava a rede de proteção social brasileira, em uma concepção ampliada de cidadania. Além de assegurar como fundamento a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III da CF) e formular como um de seus objetivos a construção de uma sociedade livre justa e solidária e a promoção do bem-estar de todos, sem qualquer forma de preconceito e discriminação, sejam de origem, raça, sexo, cor e idade. (art. 3º, I e IV da CF).

Inspirado nas resoluções resultantes da II Assembléia Mundial do Envelhecimento realizada de 8 a 12 de abril de 2002, em Madri, promovida pela ONU foi instituída no Brasil a Política Nacional do Idoso por meio da Lei nº. 8.842, de 4 de janeiro de 1994 que traz como um dos seus princípios o dever da família, da sociedade e do Estado de assegurar os direitos da cidadania, a todos os idosos/s, garantindo sua participação na comunidade, defendendo seu bem estar e o direito a uma vida com dignidade. (BRASIL, 1999, p.05). No que diz respeito ao lazer prescreve as competências dos órgãos e entidades públicos de “incentivar e criar programas de

lazer, esporte e atividades físicas que proporcionem a melhoria da qualidade de vida do idoso e estimulem sua participação na comunidade”. (art. 10, IV )

O Decreto nº 1948 que regulamenta a política nacional do idoso avança nesse aspecto e prevê a instalação de equipamentos urbanos de uso público que também atendam as necessidades da população idosa, estimulando a inclusão na legislação de mecanismos que eliminem as barreiras arquitetônicas em equipamentos urbanos de uso público para o idoso. (Art.8, I c) e IV a). A Lei Nº 9013 de 25 de fevereiro de 2004 que dispõe sobre a Política Estadual do Idoso não traz nenhuma inovação, vem apenas ratificar o que prescreve a legislação vigente no que concerne aos programas de lazer, esportes e atividades físicas e a eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanistas.

Merece ser destacado o prescrito na Lei 10.741/03 - Estatuto do Idoso, uma das maiores conquistas do movimento político organizado dos aposentados e pensionistas e idosos(as) em geral, cuja abrangência representa um avanço legal, inclusive no que concerne ao direito de uso do meio urbano pela população idosa. No parágrafo 1º. do artigo 10 do Estatuto do Idoso é assegurado à pessoa idosa o direito à liberdade que compreende, dentre outros aspectos o que prescreve o inciso I “a faculdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais”. Assim como no art. 38 dispõe sobre a implantação de equipamentos urbanos comunitários específicos para idosos/as, assegurando-lhes acessibilidade por meio de eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas. A aprovação dessa Lei que regulamenta princípios já garantidos pela Constituição Federal representou um estímulo para a mobilização da sociedade no sentido de dar conseqüência prática às Leis que asseguram os direitos da pessoa idosa enquanto cidadãos.

As deliberações da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa realizada em Brasília no período de 23 a 26 de Maio de 2006 reafirmam a garantia das práticas educativas, culturais, esportivas e de lazer em todos os municípios, buscando adequar os espaços públicos existentes, ou construindo novos para atender a universalização desses direitos.

Goyaz (2003 p.02) vai sintetizar as necessidades da pessoa idosa a as responsabilidades social para com esse segmento populacional de que

(...) além de vencer os preconceitos, é necessário criar condições para que o idoso possa usufruir do tempo que tem disponível com qualidade, beneficiando-se por meio de: atividades físicas apropriadas para sua condição, alimentação saudável, espaço para lazer, bom relacionamento social e liberdade de expressão e criação. Somados a isso, o amor, o carinho e o reconhecimento das contribuições do idoso para a sociedade e da sua capacidade de amar, podem impulsionar a felicidade, o bem estar e, conseqüentemente, a longevidade desse cidadão que tem direitos pessoais e sociais que não podem ser negados.

Clarice Peixoto (2000a) apresenta belamente a experiência de convivência e sociabilidade entre idosos/as e crianças que tem como palco a bela praça *Batgnolles* em Paris, cuja atração para esses freqüentadores diários fica por conta da beleza da paisagem constituída por gramas bem cuidadas, jardins floridos. Além de outros equipamentos, há uma gruta artificial de onde brota uma cascata que escorre por um riacho e deságua em um lago. Essa ambientação tão pitoresca não seria tão aprazível sem a presença dos patos, pombos, pássaros e gatos que ao lado das crianças e pessoas idosas completam a animação do ambiente.

O uso desse espaço de sociabilidade é rigidamente regulamentado, com interdições e lugares marcados para todas as faixas de idade. Caixas de areia, balanços, carrossel para as crianças; para os adolescentes as mesas de ping-pong; para os homens aposentados estão reservadas as canchas de bocha, além dos bancos da praça, cujo uso é permitido a todos. O que me despertou interesse nesse trabalho de Peixoto é que, de acordo com ela, essa praça se localiza num bairro com grande proporção de idosos, como a área objeto deste estudo. Ela descreve minuciosamente como a praça facilita os encontros e esses velhos/as vão tecendo relações mais estreitas pelo fato de se verem todos os dias, durante anos. Assim vão rompendo a monotonia cotidiana, encontrando na praça companheiros de bate-papo e constituindo pequenos grupos de pertencimento local.

O ritual cotidiano de ir ao jardim manifesta a intenção de desenvolver relações voluntárias, buscando encontrar companheiros e contar as histórias do dia-a dia, falar da vida. É por isso que se encontram todas as tardes, na beira do lago, diante da cascata e do riacho, e ficam horas contemplando a paisagem. (PEIXOTO, 2000a p.101)

Comparando com os espaços de sociabilidade dos idosos/as cariocas a autora vai enfatizar o jogo de voleibol do posto 6 na praia de Copacabana, cujas areias têm faixas delimitadas para prática de vários esportes, cada qual com horário definido pela Marinha e Região Administrativa. O voleibol é dirigido por uma idosa que numa postura de militar é quem define todas as regras e quem deve ou não jogar. O território da rede se estende ao banco do calçadão para onde acorrem vários torcedores, antigos jogadores, ou outros que vêm para conversar e se divertir. Uma vez que esses companheiros de bairro tornaram-se também companheiros de praia, entrecruzando suas trajetórias de vida, esse espaço, então, marca ao mesmo tempo um pertencimento simbólico a um território, bem como uma identificação etária.

Assim, se impõe aos planejadores urbanos a sensibilização sobre a necessidade desses espaços públicos de permanência que permitam a essas pessoas, na maioria idosas, estabelecer relações voluntárias e informais de sociabilidade. Aí elas encontram prazer em estar discutindo sobre todos os esportes, política brasileira, aposentadoria, inflação e os eventos nacionais e internacionais e desse modo, seu envelhecimento vai ganhando novos significados como revela um entrevistado de Peixoto (2000a p.129), membro de um outro grupo em Copacabana – o clube de aposentados do posto 6

O aposentado aqui é um ser completamente abandonado pelo governo. Ele fica em casa pedindo a Deus que o mate, quer morrer porque não tem boas condições de vida. A gente tem vontade de se jogar pela janela. Então, esse lazer daqui recuperou muitos sócios, amigos meus! [...] O aposentado é um ser triste, eu mesmo já tive momentos de não querer saber de mais nada. Aqui me sinto como um garoto, tenho amigos, esqueço que vou morrer, esqueço tudo!  
(Albino, 87 anos, comerciante)

Chamou-me a atenção nesse estudo comparativo de Peixoto que, enquanto em Paris todo o equipamento da praça era garantido pelo poder público, aqui no Rio de Janeiro, a não ser os bancos da praia, todos os equipamentos eram adquiridos com recursos dos próprios usuários, ou então por doações de patrocinadores locais. É por essa razão que quem compartilha desses espaços de lazer são membros das classes médias, porque têm condições para arcar com esses custos.

Esse fenômeno da longevidade cada vez mais acentuada implica numa atenção especial dos entes públicos e da sociedade, no sentido de elaborar políticas públicas

que venham atender às suas demandas. Neste particular, os formuladores do planejamento urbano dos municípios não podem desconsiderar as necessidades especiais de uma população crescente de pessoas que apresenta características específicas e, por conseguinte, a cidade precisa ser pensada levando em conta a sua inclusão. Desse modo, se impõe como prioridade a estruturação de espaços públicos livres de permanência, como praças, parques, praias dotados de equipamentos adequados à fruição do tempo quase sempre livre dessa população com o lazer, os exercícios físicos, a sociabilidade e até mesmo a contemplação, como práticas de bem-estar, e direito de cidadania.

## Capítulo 3

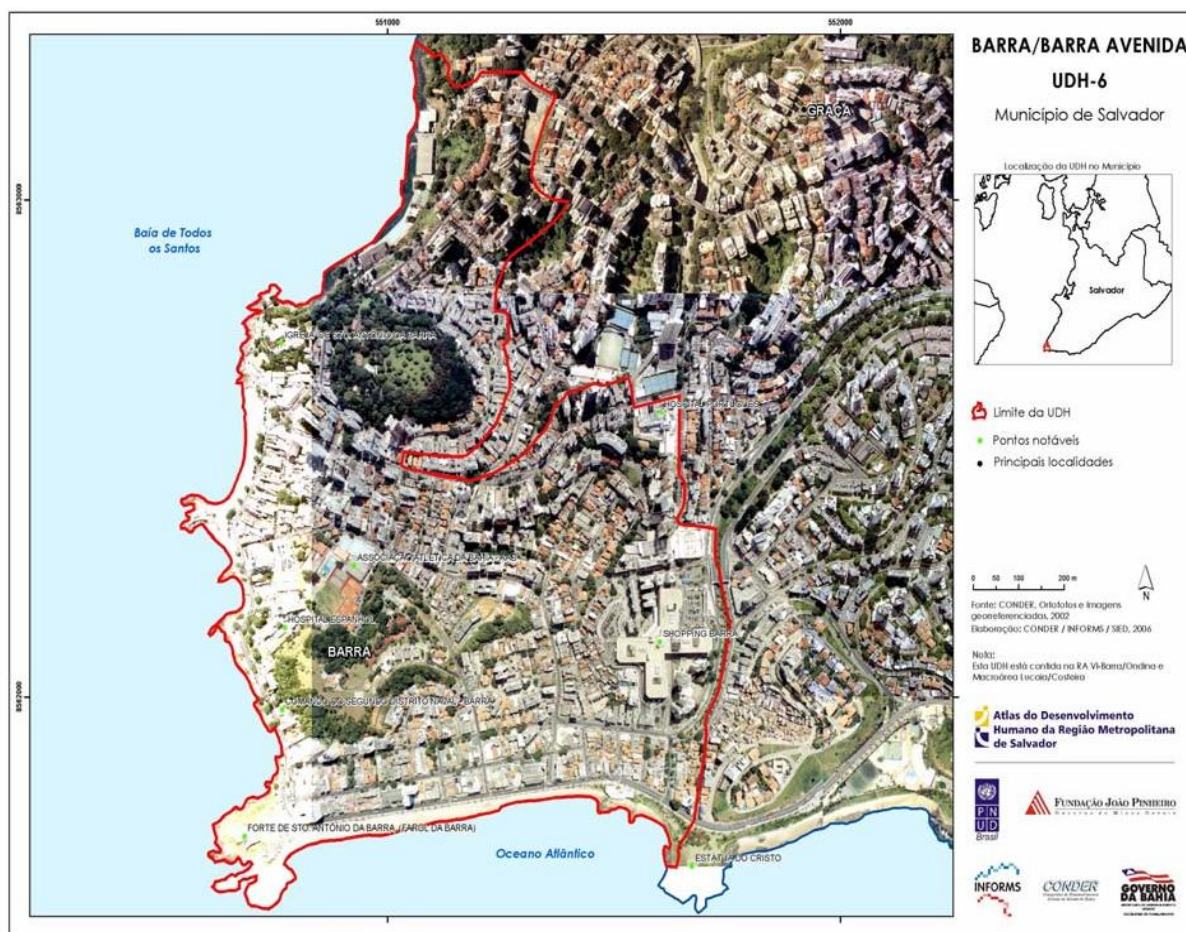
### **OS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS DE PERMANÊNCIA EM SALVADOR**

Como a maioria das capitais, Salvador tem experimentado um crescimento demográfico significativo nos últimos anos. Apresenta, atualmente, uma densidade populacional de mais de 3.503,46 habitantes/km<sup>2</sup>, com uma área de 709,5 km<sup>2</sup> (SEPLANTEC 2002) sendo a 6ª região metropolitana mais populosa do país e a 3ª capital mais habitada. Conseqüentemente, o processo de urbanização ocorreu rapidamente e muitas vezes de maneira desordenada, caracterizando-se pela passagem de uma economia regional tipicamente agrícola para uma industrialização centralizada (SEPLANTEC 2002). Esse processo de crescimento desordenado vem determinando perdas constantes nos elementos estruturais de funcionamento da cidade, notadamente naqueles mais relacionados com as condições de bem-estar dos seus habitantes e usuários, sobretudo dos segmentos mais carentes. Espelhar-se não só nos itens que configuram as funções estruturais urbanas: habitar, circular, trabalhar e recrear, mas nos aspectos psico-sociais da satisfação humana de utilização do contexto físico, social e cultural da cidade constitui-se como demanda inquestionável.

Com o acelerado ritmo de crescimento e ocupação de Salvador a área da Barra foi uma das mais atingidas pelo processo de adensamento urbano nos últimos vinte anos. Até a década de 1960-1970, a Barra caracterizou-se como uma área tipicamente residencial das classes de renda média e alta, e como bairro “boêmio” por aglutinar, ainda que de forma dispersa, bares restaurantes, cine-teatro, clubes sociais além de importantes monumentos de valor histórico-arquitetônico tais como o forte de Santo Antônio (Farol da Barra), o Forte de Santa Maria, o Forte de São Diogo, a Igreja de Santo Antônio da Barra, além das características paisagísticas do seu entorno que confere à área uma singular ambiência urbana.

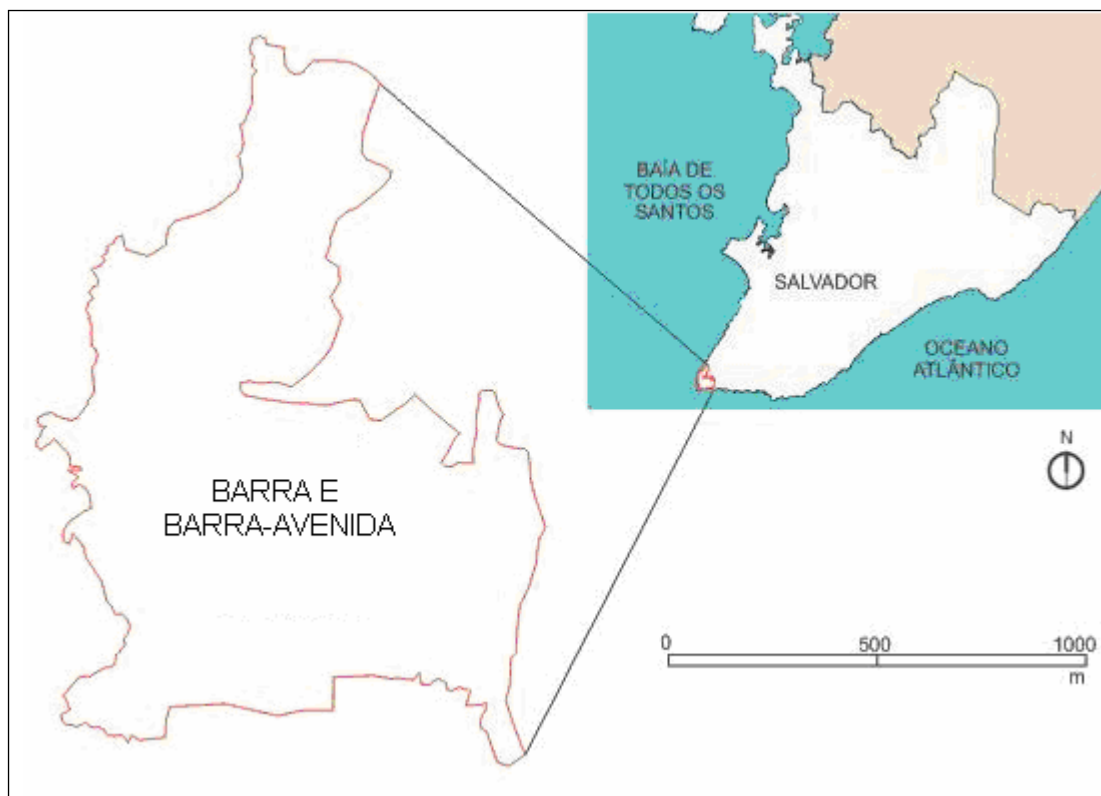
A partir da década de 1970, a Barra passou a concentrar atividades de comércio e serviços de maior porte, sofisticação e diversidade, entre estes diversos centros comerciais, bem como hotéis, agências bancárias etc. O bairro da Barra situa-se no ponto de encontro da Baía de Todos os Santos com a Orla Oceânica ao Sul da

cidade, o sitio mais escarpado, mais complicado, mais cheio de vales e altos. E o bairro da Barra-avenida surgiu como ligação entre os bairros da Barra e Graça e sua história está relacionada à do sistema viário entre essas duas povoações, pois é o desenvolvimento da chamada “Estrada” da Graça para a Barra que explica o próprio desenvolvimento e ocupação do bairro. É um bairro também tipicamente residencial, cujas ruas mais movimentadas são a Av. Princesa Isabel, rua César Zama, rua Marquês de Caravelas e a rua Afonso Celso.



**Figura 3.1**  
FOTO AÉREA DA ÁREA DA BARRA E BARRA-AVENIDA

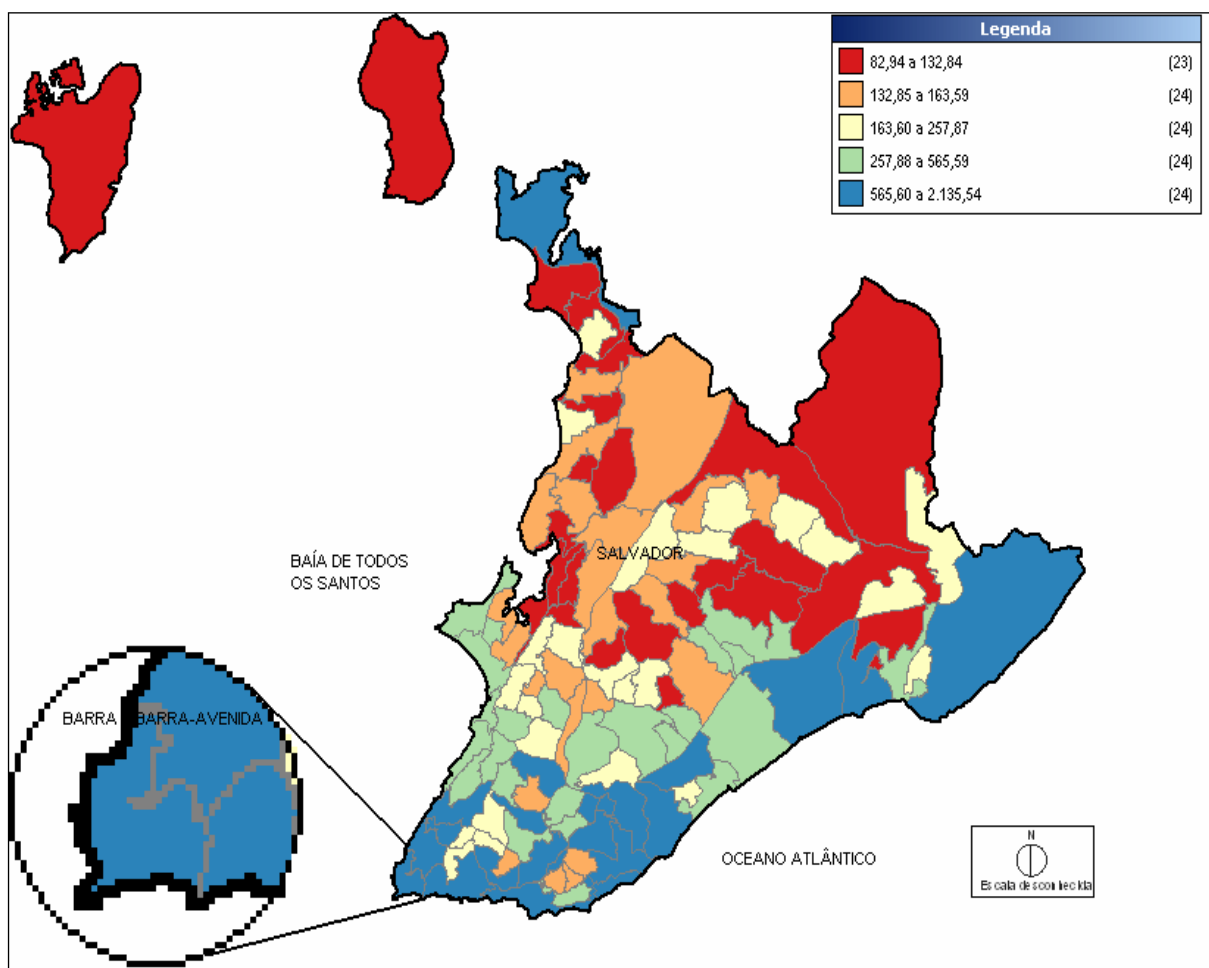
Fonte: Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia-CONDER. Atlas do Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Salvador. — Salvador: CONDER.PNUD. Fund. João Pinheiro, 2006.



**Figura 3.2**  
LOCALIZAÇÃO DA BARRA E BARRA-AVENIDA

Fonte: Elaborado por Maiana Freitas e Rebeca Lima Azevedo (2007) com base nos dados do IBGE.

Os bairros da Barra e Barra Avenida que correspondem a Área de ponderação 23, como classificada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e mostrada nas figuras 3.1 e 3.2, é uma área, conforme dito acima, predominantemente residencial das classes de renda média e alta (PNUD, 2000). Ver figura 3.3.



**Figura 3.3**  
RENDA PER CAPITA, 2000 - SALVADOR

Fonte: Elaborado por Rebeca Lima Azevedo (2007) com base nos dados da PENU, 2000

A topografia desta área é muito acidentada, com presença de desníveis fazendo com que existam muitos aclives e declives, como mostra a figura 3.4.



**Figura 3.4**  
CURVAS DE NÍVEL DA BARRA E BARRA-AVENIDA

Fonte: Elaborado por Rebeca Lima Azevedo (2007) com base nos dados da Louos versão 1.2 e nos dados do IBGE.

Pertencente ao sub-distrito da vitória (que possui 991,60ha de área), juntas as áreas da barra e barra-avenida somam, aproximadamente, 105,3ha. e sua densidade é de 143,5 hab/ha, visto que sua população total soma 15.101 habitantes (Tabela 3.1), mostrando, assim, tratar-se de uma área muito populosa.

**Tabela 3.1 – Crescimento populacional na Barra e Barra-Avenida**

<b>Ano</b>	<b>População da Barra</b>	<b>População da Barra-Avenida</b>	<b>População Total</b>
<b>1998</b>	<b>11.149</b>	<b>2.908</b>	<b>14.057</b>
<b>1999</b>	<b>11.289</b>	<b>2.945</b>	<b>14.234</b>
<b>2000</b>	<b>11.977</b>	<b>3.124</b>	<b>15.101</b>
<b>2001*</b>	<b>12.186</b>	<b>3.178</b>	<b>15.364</b>
<b>2002*</b>	<b>12.356</b>	<b>3.223</b>	<b>15.579</b>
<b>2003*</b>	<b>12.533</b>	<b>3.269</b>	<b>15.802</b>
<b>2004*</b>	<b>12.708</b>	<b>3.315</b>	<b>16.023</b>

FONTE: Elaborado por Rebeca Lima Azevedo (2007) com base no Censo Demográfico 2000 - IBGE.

\* Estimativa populacional.

Segundo recomendação da ONU (Organização das Nações Unidas) a área urbana destinada ao lazer deve ser 12m<sup>2</sup> para cada habitante. No caso da Barra e Barra-Avenida, as praças tomadas como espaços de lazer, medem 1,8ha., somando-se à extensão da praia temos um total de 2,2ha. de área com esta destinação.<sup>3</sup>

Para estar de acordo com o que a ONU determina, a área estudada deveria ter um total de 181.212m<sup>2</sup>, ou seja, 18,1ha destinados ao lazer. Percebe-se que a área de lazer existente é, significativamente menor do que a definição da ONU. Se formos analisar pelo quantitativo de idosos as áreas destinadas ao lazer deveriam constituir-se de 3,6ha. Nesse sentido, sequer, a população idosa desses bairros estão bem servidas com relação às dimensões desses espaços.

A área escolhida possui uma das maiores populações de idosos/as de Salvador, bem como da sua Região Metropolitana como ilustram a tabela 3.2. e a figura 3.6.

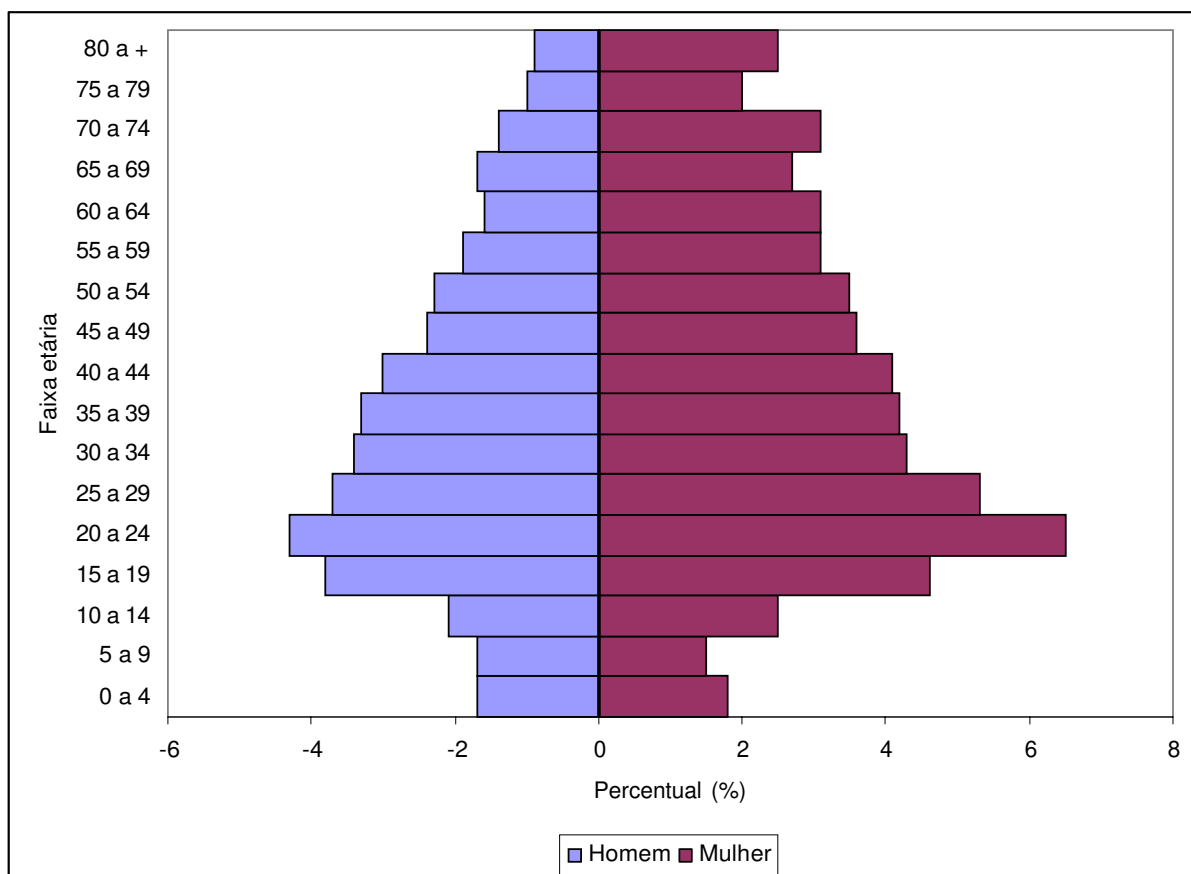
<sup>3</sup> Dados numéricos obtidos pela autora, utilizando base sizar e o programa autocad 2000.

**Tabela 3.2.** – População por idade e sexo da Barra e Barra-Avenida em 2000

Faixa etária	Habitantes			Percentual (%)
	Mulher	Homem	Total	
0 a 4	276	271	547	3,6
5 a 9	240	258	498	3,3
10 a 14	392	329	721	4,8
15 a 19	705	586	1291	8,5
20 a 24	984	659	1643	10,9
25 a 29	810	571	1381	9,1
30 a 34	661	514	1175	7,8
35 a 39	641	503	1144	7,6
40 a 44	624	455	1079	7,1
45 a 49	554	369	923	6,1
50 a 54	541	352	893	5,9
55 a 59	473	302	775	5,1
60 a 64	474	251	725	4,8
65 a 69	411	261	672	4,5
70 a 74	434	214	648	4,3
75 a 79	310	155	465	3,1
80 a +	380	141	521	3,5

FONTE: Elaborado por Rebeca Lima Azevedo (2007) com base no Censo Demográfico 2000 -IBGE

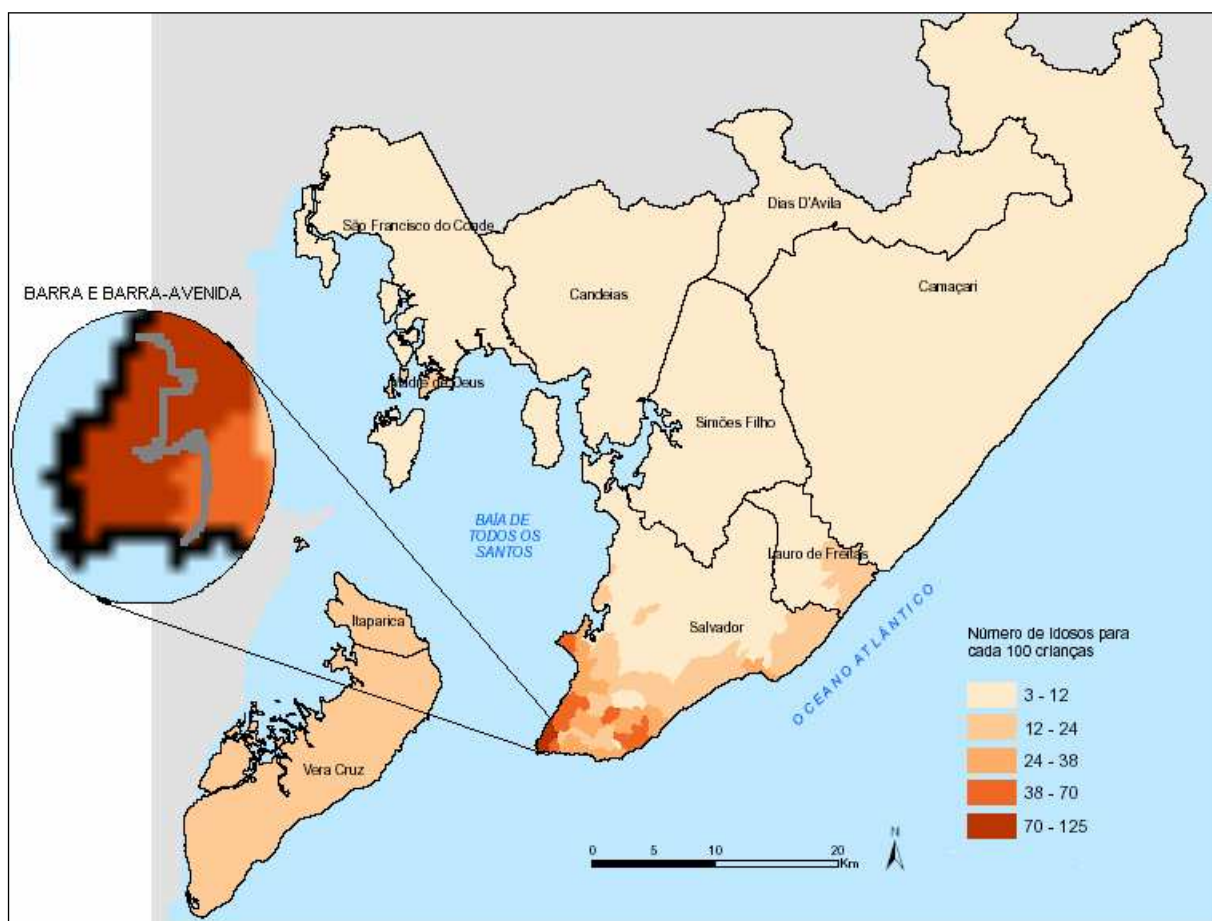
A população dessa área, correspondente a um total de 15.101 habitantes, é constituída de 20% de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, ou seja, 3.031 idosos. Um dado que merece destacar nesse processo de envelhecimento é o diferencial por sexo, cuja esperança de vida é maior entre as mulheres, especialmente nas faixas de idade mais avançadas. Nesse sentido, a área em estudo não foge à tendência mundial e nacional, como já visto, apresentando um contingente de 2009 mulheres e 1022 homens no grupo de idade igual ou acima de 60 anos, tomando a configuração apresentada na figura 3.5.



**Figura 3.5**  
PIRÂMIDE ETÁRIA E POR SEXO DA BARRA E BARRA-AVENIDA EM 2000

Fonte: Elaborado por Rebeca Lima Azevedo (2007) com base no Censo Demográfico 2000 - IBGE

O crescimento da população idosa, no Brasil, é particularmente relevante, tendo em vista o momento de transição demográfica que o país atravessa. Considerado até pouco tempo um país jovem, o Brasil vem paulatinamente tomando consciência do seu envelhecimento, apesar dessa questão ainda ser pouco discutida e trabalhada no país, especialmente no que diz respeito aos direitos da população idosa como direitos humanos de cidadania. Em Salvador e sua Região Metropolitana reside um total de 209.919 (duzentos e nove mil e novecentos e dezenove) idosos/as, acompanhando a tendência nacional e mundial de crescimento dessa população.



**Figura 3.6**  
ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – 2000

Fonte: Elaborado por Rebeca Lima Azevedo (2007) com base nos dados do IBGE. Censo 2000.

A Declaração e Programa de Ação de Viena, resultado da Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos realizado em Viena em 1993 reafirma os direitos sociais como parte integrante dos direitos humanos e assinala no seu item 5 o seguinte: “todos os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados. A comunidade internacional deve tratar os direitos humanos globalmente de maneira justa e equitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase”

Vinte anos depois da Assembléia de Viena sobre o envelhecimento, a ONU reafirma seus princípios e recomendações no II Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento elaborado de 8 a 12 de abril de 2002, em Madri, na II Assembléia Mundial do Envelhecimento, propondo “... o reconhecimento de natureza universal,

indivisível, interdependente e relacionada entre si de todos os direitos humanos” (2003,p.65)

Os Direitos Humanos no Brasil, apesar de bem contemplados na “Constituição Cidadã”, somente em 1996, é que o Governo Federal apresenta o “Plano Nacional de Direitos Humanos - PNDH”, decorridos então quase dez anos desde a promulgação da Constituição de 1988. Trata-se de um projeto ambicioso com relação aos direitos humanos e a afirmação da cidadania, cujas diretrizes estabelecidas, concepções e prioridades definidas, direções apontadas traziam a visão governamental sobre a temática, ao tempo em que convocava e exigia a participação dos Estados, dos Municípios, e da sociedade civil nessa tarefa.

Entretanto faltou ao Programa a complementação por meio de projetos imprescindíveis à sua viabilização prática, de modo a garantir a previsão de prazos, o monitoramento de sua implantação, que representasse um compromisso do governo. Desse modo, ele teve o caráter de mera declaração, não passando de um texto publicitário.

Em 2002, decorridos quase seis anos do PNDH, no governo de Fernando Henrique Cardoso, elabora-se o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH II. Neste Programa são incorporadas ações específicas no campo da garantia do direito à educação, à saúde, à previdência e assistência social, ao trabalho, à moradia, a um meio ambiente saudável, à alimentação, à cultura e ao lazer, assim como propostas voltadas para a educação e sensibilização de toda a sociedade brasileira com vistas à construção e consolidação de uma cultura de respeito aos direitos humanos.

Com relação aos idosos/as, na linha da Política Nacional do Idoso definida pela Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, prevê um conjunto de medidas garantidoras de seus direitos de cidadania, no que tange à programas de assistência, à integração à família e à sociedade, à instalação de Conselhos do Idoso nas diversas instâncias da Federação, à educação continuada e permanente, ao combate à violência e à discriminação, à habitação adequada, ao estímulo ao trabalho, dentre outros. No que se refere ao direito à cidade propõe “promover a remoção de barreiras arquitetônicas, ambientais, de transporte e de comunicação para facilitar o acesso e

a locomoção da pessoa idosa aos serviços e áreas públicas e aos edifícios comerciais”.(PNDH II - proposta de ação 286)

Entretanto os direitos humanos e de cidadania dos idosos/as, do ponto de vista legal, só vieram a ser melhor definidos no governo de Luiz Inácio Lula da Silva com o Estatuto do Idoso, já referido acima, instituído pela Lei nº 10741/2003 inspirado não só nas orientações dos planos internacionais, bem como nacionais sobre a temática e sob a indiscutível pressão do movimento político dos próprios idosos/as.

O que é importante destacar aqui é o que esse Estatuto dispõe referente ao objeto deste estudo, para servir de parâmetro de análise dos dados oferecidos pelo campo pesquisado. Nesse sentido, é de grande utilidade trazer como elemento orientador desta pesquisa, que a referida Lei prescreve como obrigatoriedade do Poder Público, ao lado da família, da comunidade e da sociedade, assegurar, com prioridade absoluta, além de outros, a efetivação do direito, ao lazer e ao convívio com as demais gerações; o direito à liberdade compreendendo a faculdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, além da prática de esportes e de diversões que respeitem sua peculiar condição de idade; o direito à equipamentos urbanos comunitários voltados ao idoso, velando pela garantia de acessibilidade por meio da eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas. Desse modo, fica claro que é indispensável a efetivação prática dessas medidas para que seja assegurado aos idosos/as os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana em condições de liberdade e dignidade.

Assim, pensar a cidade para todas as idades implica em reconhecer a prática de atividades físicas, intelectuais e socioculturais como fundamentais para o envelhecimento em melhores condições, tanto para os idosos ativos quanto para os dependentes. Desse modo, compreendemos que os espaços públicos de permanência, como as praças e praias adequadas para atender a condição de idade da população idosa cumpre um papel preponderante num sistema de urbanização inclusiva. Entendemos, também, como Kofi Annan (2003) em seu discurso de abertura da Assembléia de Madrid sobre o envelhecimento de que os principais responsáveis pelo bem-estar da população idosa são os governos.

Como já referido acima, os bairros da Barra e Barra-Avenida, tomados como objeto deste estudo, apresentam uma das mais altas taxas de concentração de idosos da cidade do Salvador. Não obstante, são escassos e quase inexpressivos os espaços livres públicos de permanência nessa área. Desse modo, só identificamos 5 áreas livres nesse mesmo espaço geográfico que pudesse ser utilizado pela população como espaço de esporte e lazer. Entretanto, somente dois deles são ocupados pelos idosos do bairro para atividades de lazer: a praia do Porto da Barra, onde se reúne o “Grupo da Peteca” e um regulador de tráfego, localizado no Jardim Brasil, no qual o “Grupo do Dominó” mal se acomoda.

Alguns idosos participam das atividades de um e outro espaço e partilham de um duplo sentimento de pertencimento. A ocupação desses espaços livres públicos de permanência, deu-se pouco a pouco, com a conivência da prefeitura local, que não oferecia nenhuma outra atividade alternativa aos aposentados idosos. Os membros do grupo que pertencem às camadas médias e altas, como era de se esperar, são mais numerosos.

Clarice Peixoto (1995), ao investigar a sociabilidade dos idosos, traz como contribuição ao planejamento urbano a constatação do papel fundamental desempenhado pelos espaços públicos a céu aberto. São os espaços das praias e praças que permitem a essa população o estabelecimento de relações sociais com os mais jovens e também permitem-lhe contar com um canto favorito, um território de pertencimento.

Não observamos nesses espaços públicos um grande contingente de idosos/as como se deveria esperar, em vista da composição etária dos Bairros focados. Procuramos em nossa observação analisar primeiro os espaços ocupados para o lazer por alguns idosos, buscando encontrar uma explicação para essa quase ausência. Conversamos informalmente com alguns deles e outras pessoas dos Bairros, objetivando compreender as motivações para a ocupação ou não dessas áreas.

O grupo da peteca, que existe há 34 anos, é formado, por cerca de 40 homens de 20 a 80 anos, em sua grande maioria, idosos. Eles são aposentados, médicos,

advogados, economistas, dentistas, administradores e outros profissionais liberais, que se encontram todos os dias, de segunda a domingo, na Praia do Porto da Barra para jogar peteca, um esporte tipicamente brasileiro, mas pouco divulgado.



**Foto 3.1**  
PRAIA DO PORTO DA BARRA – JOGO DA PETECA

Fonte: Fotografada por Rebeca Lima Azevedo (2007).

A peteca foi trazida de Minas Gerais, sendo que no início eles se reuniam em círculo para jogar a peteca e não utilizavam a rede. Colocar a rede foi uma idéia de um pescador, que logo foi aceita e com isso o jogo recebeu quadra e regras parecidas com as do vôlei, sendo que por causa da idade avançada o número de jogadores, em cada lado da quadra, passou de dois para três integrantes e as partidas são de 15 pontos. Enquanto esperam a vez de jogar, alguns jogam uma partida de dominó.



**Foto 3.2**  
PRAIA DO PORTO DA BARRA

Fonte: Fotografada por Rebeca Lima Azevedo (2007).

O grupo não é só formado por pessoas que jogam peteca, têm alguns que participam do grupo na praia para interagir com os amigos, bater-papo, “paquerar”, tomar banho de mar. Eles são “como uma grande família”, amigos de longas datas. Todos os equipamentos são financiados por integrantes do grupo, não há nenhum apoio da prefeitura nesse sentido. Há, inclusive, certo conflito entre os integrantes do grupo, porque nem todos colaboram na hora de comprar os equipamentos, e pagar o rapaz que guarda e arma a quadra com a rede.

A grande queixa é a do descaso que a prefeitura tem com relação à praia, que foi considerada, segundo eles, a terceira melhor praia do mundo. Mostraram o muro de

contenção que sustenta a balaustrada que está quase caindo, por causa das raízes da árvore. Já denunciaram, solicitaram reparos, mas nada foi feito ainda.



**Foto 3.3**  
MURO DE CONTENÇÃO DA PRAIA DO PORTO DA BARRA

Fonte: Fotografada por Rebeca Lima Azevedo (2007).

Eles possuem uma licença da prefeitura para praticarem o esporte naquele local, apesar de muita resistência de uma parte dos frequentadores da praia. Eles “batem ponto” de segunda à sexta das 6h às 8h30 e aos sábados e domingos das 7h às 13h “faça sol ou faça chuva” (foto 3.4).



**Foto 3.4**  
PLACA INFORMATIVA – PRAIA DO PORTO DA BARRA

Fonte: Fotografada por Rebeca Lima Azevedo (2007).

Além dos “petequeiros” há outros(as) idosos/as que freqüentam a praia como forma de lazer e para fazer seus exercícios. Como é o caso de dona Ana (85 anos) que freqüenta a praia do porto da barra há mais de 50 anos. Ela é moradora do bairro e aumentou a sua freqüência depois de ter saído das aulas de hidroginástica que tomava em um clube do bairro. Disse que depois da saída do seu professor preferido e com a diminuição do espaço do clube (devido a construção de um condomínio residencial) ela tem vindo á praia, acompanhada de seu filho, todos os dias. Ela faz seus exercícios de hidroginástica no mar. O único espaço livre público de permanência que ela utiliza é a praia, não tem o hábito de freqüentar as praças.

O grupo de hidroginástica que frequenta a Praia do Porto da Barra é constituído só por mulheres, enquanto os grupos que praticam jogos têm somente homens como membros. Estes dados nos remetem à heterogeneidade dos idosos enquanto grupo etário, já discutida em vários estudos <sup>4</sup>. Os idosos agem diferencialmente, na medida em que a vida que viveram como indivíduos, também foi pautada pela singularidade de suas experiências, segundo gênero, classe social, e raça/etnia, (BRITTO DA MOTTA, 1999). A diferenciação dos grupos de idosos observados neste estudo parece ser marcada, especialmente, pelas relações de gênero, resultado de construções sociais de formas de dominação e subordinação definidoras de diferenciadas trajetórias de vida para homens e mulheres.

As mulheres, historicamente destinadas às atividades do espaço doméstico vivenciam grande repressão social e sexual, sofrendo permanente desestímulo à participação na vida pública, espaço agenciado para/pelos homens. Assim, elas enfrentam imensas dificuldades de acesso e permanência no mercado de trabalho e as condições aí encontradas são as mais precárias e de salários mais baixos. Enfrentam as mais diversas desigualdades de formação, de participação na política e na prática de vários esportes. Tudo isso sob a justificativa de manutenção de uma “feminilidade”, atributo inerente à função reprodutiva para a qual “naturalmente” foi destinada.

Como afirma Britto da Motta (1999), ainda que em visível desmonte, este foi o padrão que orientou as expectativas sociais que definiram as trajetórias de vida dos homens e mulheres que hoje são velhas/os. Com base nesses pressupostos, podemos compreender a segregação por sexo dos grupos de lazer espontaneamente formados nos espaços livres públicos de permanência observados neste estudo. A hidroginástica é uma atividade física que se conforma dentro do padrão de socialização das mulheres idosas de hoje que entraram no embalo do envelhecimento ativo e saudável e na promessa de liberdade carregada pela nova imagem da velhice.

---

<sup>4</sup> Ver Souza, 2003; Azevedo, 2004; Britto da Motta, 1999, Debert 2004.dentre outras



**Foto 3.5**  
GRUPO DA HIDROGINÁSTICA (1) – PRAIA DO PORTO DA BARRA

Fonte: Fotografada por Rebeca Lima Azevedo (2007).



**Foto 3.6**  
GRUPO DA HIDROGINÁSTICA (2) – PRAIA DO PORTO DA BARRA

Fonte: Fotografada por Rebeca Lima Azevedo (2007).

A poucos quilômetros do Porto da Barra, no disciplinador de tráfico do Jardim Brasil, na Barra, um outro grupo de idosos se reúne, todos os dias, para jogar dominó, em meio aos carros, em mesa e cadeiras de plástico trazidas por eles mesmos.



**Foto 3.7**  
GRUPO DO DOMINÓ (1) – JARDIM-BRASIL

Fonte: Fotografada por Rebeca Lima Azevedo (2007).

Uma das maiores queixas deles é a falta de espaço, visto que grande parte do mesmo foi ocupado pela baiana de acarajé e outras vendedoras. Informam que só estão naquele lugar por faltar no Bairro outro mais apropriado e confortável.



**Foto 3.8**  
GRUPO DO DOMINÓ (2) – JARDIM-BRASIL

Fonte: Fotografada por Rebeca Lima Azevedo (2007).

Eles se encontram ali há mais de 30 anos, alguns vão, simplesmente, para conversar, sendo todos moradores do bairro e aposentados. Normalmente jogam das 16h às 18h, todos os dias. Como um deles disse: “todos os dias, mas não todo o tempo”. São ao todo 12 idosos. Que tem como o lazer jogar e conversar com os amigos.

Nesses grupos observados, embora as condições do espaço físico não se apresentem tão adequadas – tratarei desta questão mais adiante - se realiza o que Clarice Peixoto (1995, p.88) tão bem expressou nas palavras seguintes:

As praças e praias constituem raros espaços públicos gratuitos da cidade, o que permite às pessoas idosas freqüentá-los assiduamente: o objetivo comum de preencher o tempo livre leva-as a se agruparem em torno de seus pares, tecendo laços a partir da identificação com o mesmo grupo de idade, localizado num espaço

demarcado por fronteiras bem nítidas. Pautadas em critérios de pertencimento, expressos a partir de uma convivência cotidiana, elas constroem um sistema de seleção nas suas relações de amizade e até mesmo de amor. Entretanto, suas práticas, seus gostos e seus hábitos permanecem marcados pelos valores inerentes à camada social a que pertencem, determinando, desta forma, seu comportamento social.

Observamos também na Rua César Zama uma pequena “praça” sem infra-estrutura nenhuma para atender as demandas da população, principalmente a idosa. Ainda que bem arborizada e apresentando uma rampa de acesso, não havia ali nenhum banco. Os bancos que ali existiam foram retirados. (Foto 3.9)



**Foto 3.9**  
PRAÇA DA RUA CÉSAR ZAMA

Fonte: Fotografada por Rebeca Lima Azevedo (2007).

A foto 3.8 mostra uma praça, também pequena, que se localiza ao lado do Porto da Barra, em frente ao Forte de Santa Maria. Percebe-se a existência de bancos, sob algumas árvores, mas situados em uma posição que se transformou em um local livre público de circulação Passagem para a praia do Porto. É uma praça

descuidada, freqüentada por pescadores e guardadores de carros. Não é um local, em que a população idosa do Bairro encontra condições que a possibilite construir uma identificação pautada em critérios de pertencimento, na medida em que ela foi sendo ocupada por um grupo de baixa renda para o trabalho e não para o lazer.



**Foto 3.10**  
PRAÇA DO FORTE SANTA MARIA

Fonte: Fotografada por Rebeca Lima Azevedo (2007).

Este registro parece confirmar o que observou Pedro Vasconcelos (2002) em sua análise sobre a estrutura espacial da cidade do Salvador atual, na qual há um zoneamento espacial invisível em suas praias que funciona no tempo e no espaço e define socialmente o território de cada “tribo”, segundo a classe social ou cor, a faixa etária, a prática de esportes etc.



**Foto 3.11**  
FORTE SANTA MARIA

Fonte: Fotografada por Rebeca Lima Azevedo (2007).

Outro local que podemos considerar como praça é o Farol da Barra. Todos os domingos acontece um evento promovido pela Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Entretenimento em parceria com o Shopping Barra denominado “ruas de lazer”. O tráfego de carros é interdito, das 8h às 12h, em uma área em frente ao farol. Nesse local são oferecidas atividades de lazer como dança, jogos, brincadeiras, música para todas as idades, mas não há uma frequência assídua de idosos a ponto de constituir um grupo com identidade sócio-cultural e espacial, como no Porto da Barra ou no Jardim Brasil. Nos outros dias da semana, os frequentadores do farol da barra são predominantemente turistas, pouco se vê moradores do Bairro nos bancos em frente ao farol. Apesar da beleza da vista é um local mau tratado, sem árvores e, por conseguinte, muito ensolarado, dificultando a

permanência das pessoas, depois das 08:00 horas e antes das 17:00 horas, notadamente os idosos mais velhos.



**Foto 3.12**  
FAROL DA BARRA

Fonte: Fotografada por Rebeca Lima Azevedo (2007).

Observamos ainda o Largo do Porto da Barra que apesar de ser um lugar agradável e sombreado, não apresenta adequação para a permanência das pessoas, visto que não é oferecido ali o mobiliário urbano apropriado para o lazer e descanso. Quase todo seu espaço é ocupado, de um lado, por mesas e cadeiras de propriedade particular dos bares e restaurantes ao seu redor e do outro lado, por outros

mobiliários urbanos como caixas eletrônicos, telefones públicos, barraca de revista, anúncio luminoso de publicidade. (Fotos 3.13 e 3.14)



**Foto 3.13**  
LARGO DO PORTO DA BARRA

Fonte: Fotografada por Rebeca Lima Azevedo (2007).



**Foto 3.14**  
LARGO DO PORTO DA BARRA (2)

Fonte: Fotografada por Rebeca Lima Azevedo (2007)

A figura 3.7 mostra a visão aérea do Largo do Porto da Barra que apesar de não retratar os detalhes como visto acima, nos dá uma imagem do largo em seu conjunto, especialmente a distribuição espacial de sua arborização, que permite àqueles que podem e querem freqüentar os bares, cujos proprietários se apropriaram desse espaço, o usufruto de uma brisa refrescada pelo farfalhar da folhagem abundante, conferindo a esse lugar um ambiente urbano, do ponto de vista físico, deveras confortável. Esta visão aérea aqui retratada, ainda nos possibilita entender melhor as imagens recortadas nas fotos acima, que trouxeram uma amostragem com maior detalhe dos seus elementos atualmente.



**Figura 3.7**  
FOTO AÉREA DO LARGO DO PORTO DA BARRA

Fonte: SEPLAM, Mapa digital do município de Salvador, 2006.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a importância social dos espaços urbanos livres e de permanência bem equipados, conservados e principalmente adequados para o lazer, o esporte, o convívio e encontro entre as pessoas, é que os planos políticos internacionais e nacionais sobre o envelhecimento conferem à pessoa idosa, como direito humano de cidadania, a fruição desses espaços criados e adequados de acordo com sua condição de idade.

O lazer, o descanso, e todas as atividades esportivas e culturais neste mundo de tensões urbanas, agitações, ruídos e estresses, passa a ter destacada importância, adquirindo o estatuto de necessidades humanas básicas e essenciais. Depois de atender às necessidades da sobrevivência e cumprir as obrigações, cada qual busca preencher o tempo de folga a seu modo, de acordo com um estilo de vida pessoal e segundo costumes do grupo a que pertence. Para muitos, o lazer é uma atividade que pode ser realizada sem gastos.

O descuido do poder público, no que tange aos espaços públicos livres de permanência, na área estudada demonstra o não reconhecimento, pela sua inoperância, até do que postula o PDDU/2004, de Salvador, fazendo desse Plano “letra morta” neste aspecto. No que se refere à RA VI-Barra, constante do Anexo A.64 dessa Lei, prescreve no item 4. “Adequação dos espaços de circulação e equipamentos urbanos na orla da Barra às necessidades da população idosa, em razão do perfil etário da população local.” Além de tratar no Anexo A.48 sobre as diretrizes e proposições para Lazer/Recreação/Esportes onde em vários itens são postulados a ampliação, diversificação da oferta e adequação de espaços livres públicos, como parques, praças, jardins, em toda cidade de modo a atender as demandas da população quanto ao exercício de esportes, lazer, recreação e atividades culturais, visando constituir-los em espaços para a sociabilidade e integração social de todas as idades, fortalecendo, desse modo, a identidade coletiva.

No Anexo A.49 que dispõe sobre as diretrizes no campo da Promoção/Assistência Social estão postas as proposições específicas para o idoso/a e dentre elas a proposta de medidas no sentido de facilitar o acesso e ampliar os serviços, atividades e equipamentos recreativos e culturais destinados à população idosa em geral.

Constatamos, neste estudo, que estas definições não se transformaram, até o momento, em ações práticas na área objeto desta pesquisa. O disciplinador de tráfego do Jardim Brasil, por exemplo, não oferece qualquer adequação. Nenhum mobiliário específico é oferecido para atender seus usuários que demandam bancos e mesas para jogos, além do espaço que eles disputam com a baiana de acarajé e os carros ali estacionados ou circulando em seu entorno. Nas praias, a rede e todos os acessórios utilizados pelo grupo da peteca, são aquisição do próprio grupo, além disso eles estão correndo sério risco de acidente com a possibilidade do muro de contenção desabar, como ilustrado por foto 3.3.

As outras áreas, por um lado, quando arborizada não oferece sequer um banco, como a Praça Cezar Zama, por outro, a arborização é insuficiente, os pisos, em sua maioria, apresentam superfícies irregulares, como de resto a maioria das vias de acesso em todo o espaço urbano tomado como objeto deste estudo, não atendendo as especificações da NBR 9050 que normatiza também a acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida, como acontece com alguns idosos/as. Com relação às rampas de acesso às praias só é encontrada na praia do Porto da Barra (Foto 3.15) e mesmo assim não está de acordo com as determinações da NBR 9050 no que diz respeito a sua inclinação, visto que é uma rampa improvisada para atender as necessidades dos pescadores para arrastarem seus barcos para um local seguro certamente para que não se exponham à maré alta.



**Foto 3.15**  
RAMPA DE ACESSO A PRAIA DO PORTO DA BARRA

Fonte: Fotografada por Rebeca Lima Azevedo (2007).

Com a carência de espaços livres públicos de lazer só resta como alternativa à população, principalmente a idosa, utilizar os espaços privados de uso público como é o caso do Shopping Barra, o clube Baiano de Tênis e o Yatch Clube da Bahia; lugares nos quais os idosos encontram maior segurança para estabelecerem relações de sociabilidade. Pelo convívio diário vão construindo a identidade enquanto grupo geracional, ainda que seja num lugar fechado como o Shopping Barra, sem o conforto e beleza que os ambientes abertos naturais saudáveis e bem equipados podem oferecer. Ver figura 3.9.

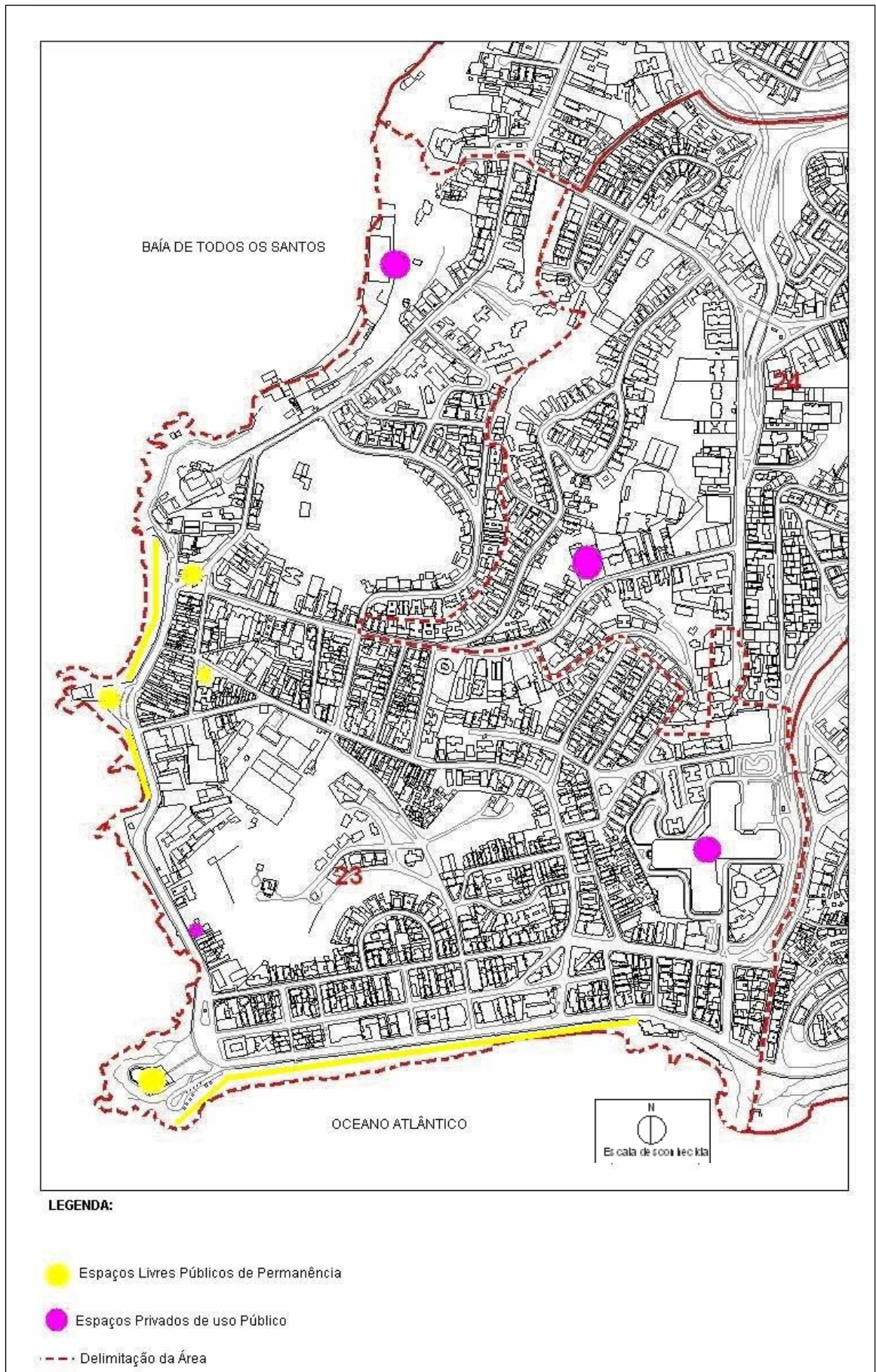
Pela mesma razão acima são realizadas várias atividades em um espaço amplo e confortável do primeiro piso, setor norte do Shopping Barra, denominado, sala do - Ativa Idade - destinadas às pessoas com 60 anos ou mais. Essas atividades desenvolvidas nesse espaço são ações organizadas pelo Programa Ativa Idade constitutivo do projeto Barra Plus, desenvolvido pela administração do Shopping

Barra, apoiado pelo Clube da Saúde do Hospital Espanhol. São oferecidos cursos de nutrição, aulas de dança, ginástica, pilates e musculação, além de aulas de artesanato e coral. (Figura 3.8)



**Figura 3.8**  
LOCALIZAÇÃO DO SHOPPING BARRA

Fonte: SEPLAM, Mapa digital do município de Salvador, 2006.



**Figura 3.9**  
**LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE LAZER DA BARRA E BARRA-AVENIDA**

Fonte: Elaborado por Rebeca Lima Azevedo (2007) a partir do mapa fornecido pelo IBGE.

Conforme os registros das observações dos espaços livres públicos de permanência nos Bairros da Barra e Barra Avenida conclui-se, não só pela sua escassez, mas principalmente pelo descuido, ausência e a sua inadequação, que os mesmos não são entendidos como essenciais e não têm a atenção necessária na política de administração urbana de Salvador, na perspectiva do perfil etário da população dos Bairros pesquisados, com um alto índice de idosos/as, como já referido. Por conseguinte, a quase ausência dessa oferta torna-se um fator de limitação para que as novas experiências de envelhecimento com autonomia e atividades espontâneas, trazidas pela nova imagem do envelhecimento possam ser vividas coletivamente nesses espaços públicos de permanência.

Conclui-se por fim que os idosos/as que se concentram em maior número em uma só área urbana de Salvador permanecem na mesma condição tradicional de invisibilidade, sem o pleno direito à cidade como direito à cidadania. Nesta situação torna muito difícil desconstruir, na sociedade como um todo, os estereótipos que imprimem à velhice a imagem de decadência, estorvo, dependência e tudo que não conta mais para manutenção da organização social, imputando ao envelhecimento crescente, não uma conquista da humanidade, mas uma ameaça à sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT. **NBR 14724:2005**. Informação e documentação, trabalhos acadêmicos, apresentação. 30 jan. 2006.

\_\_\_\_\_. **NBR 9050:2004**. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 30 jun. 2004.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **O bônus demográfico e o crescimento econômico no Brasil**. Disponível em <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/PopPobreza/Alves.pdf> > Acessado em 14/08/2007.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

AZEVEDO, Eulália Lima. **Aposentados em movimento: tensões e convergências com o movimento sindical**. Dissertação submetida ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

BRASIL. **Constituição Federal de 5 de outubro de 1988**.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **IBGE. Síntese de indicadores Sociais 2005**, 2005b.

\_\_\_\_\_. **Declaração e Programa de Ação de Viena**. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**, que regulamenta a Lei nº. 7.853/89. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 1.948, de 3 de julho de 1996**, que regulamenta a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 8.842**. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências, Brasília, 4 de janeiro de 1994.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 10.741**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, Brasília, 1º de outubro de 2003.

\_\_\_\_\_. **Plano de ação internacional sobre o envelhecimento, 2002 / Organização das Nações Unidas**; tradução de Arlene Santos, – Brasília :Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Desenvolvimento Urbano**. Ministério das Cidades, 2004.

\_\_\_\_\_. **Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH II**. Ministério da Justiça, 2002.

BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BORGES, Maria Antonia Felloni. **Lazer e integração social na terceira idade**, 1990, 160f. Monografia (Bacharel em comunicação social, habilitação em relações públicas) – Universidade do Estado da Bahia, Centro de educação técnica da Bahia, Salvador.

BRITTO DA MOTTA, Alda. **As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento**. Cadernos PAGU 13, 1999, p.1991-221

\_\_\_\_\_. **“Não ta morto quem peleia”**: a pedagogia inesperada nos grupos de idosos. Tese de doutorado submetida ao Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Educação da Faculdade Federal de Educação da Bahia. Salvador, 1999.

CARVALHO, Pompeu Figueiredo de. **Repensando as áreas verdes urbanas**. In: Território & Cidadania, Ano III, Número 2, julho-dezembro de 2003. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igce/planejamento/territorioecidadania/Artigos/pompeu%205.htm>> Acessado em 14/06/2007.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo: utopias e realidades. Uma antologia**, 3ª.edição, São Paulo, editora Perspectiva, 1992.

Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia-CONDER. **Atlas do Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Salvador**. — Salvador: CONDER.PNUD. Fund. João Pinheiro, 2006.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**, São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, José Luiz Riani. **Em busca da (c)idade perdida: o município e as políticas públicas voltadas à população idosa**. Tese de doutorado apresentada à Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

DEBERT, G.G. **A Invenção da Terceira Idade e a Rearticulação de Formas de Consumo e Demandas Políticas**. in: Revista Brasileira de Ciências Sociais Vol. 12, n. 34, junho/1997, p.39-56.

\_\_\_\_\_. **A reinvenção da velhice**. São Paulo: Editora da USP, 1999.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

DIAS, Viviane Kawano; SCHWARTZ, Gisele Maria. **O lazer na perspectiva do indivíduo idoso**. In: Revista Digital. Buenos Aires - Año 10 - Nº 87 - Agosto de 2005. Disponível em: < <http://www.efdeportes.com> > Acessado em 14/06/2007.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e Cultura popular**. SP. Ed. Perspectiva, 1976.

\_\_\_\_\_. **Sociologia Empírica do Lazer**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

FERNANDES, Julieta Cristina. **Urbanismo e envelhecimento – algumas reflexões a partir da cidade de Uberlândia**. In: Caminhos de Geografia – Revista on line, programa de pós-graduação de geografia. Uberlândia: Caminhos de geografia, 2000. Disponível em < <http://www.sbgg.org.br/profissional/artigos/pdf/urbanismo.pdf> > Acessado em 14/06/2006.

FERRARA, Lucrécia d'Alessio. **Ver a cidade: cidade imagem, leitura**. São Paulo: Nobel, 1988.

FERRARI, Celson. **Dicionário de urbanismo**. São Paulo: Disal, 2004.

FERREIRA, Ângela Lucia de Araújo; MARQUES, Sonia. **Privado e público: inovação espacial ou social?**. In: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona Nº 69 (20), 1 de agosto de 2000. Disponível em: < <http://www.ub.es/geocrit/sn-69-20.htm> > acessado em 12/09/2007.

FILHO, Raphael David dos Santos. **Espaço urbano contemporâneo: as recentes transformações no espaço público e suas conseqüentes implicações para uma crítica aos conceitos tradicionais do urbano**. In: Revista Arquitectos Texto especial 269, dezembro, 2004. Disponível em: < <http://www.vitruvius.com.br/arquitectos/arq000/esp269.asp> > acessado em 12/09/2007.

GÁSPARI, Jossett Campagna De; SCHWARTZ, Gisele Maria. **As emoções da caminhada nos espaços públicos de lazer: motivos de aderência e manutenção**. In: Revista Digital - Buenos Aires - Año 10 - Nº 85 - Junio de 2005a. Disponível em: < <http://www.efdeportes.com> > Acessado em 12/09/2007.

\_\_\_\_\_. **Idoso, lazer, ressignificação emocional** In: Psicologia: Teoria e Pesquisa Jan-Abr 2005b, Vol. 21 n. 1, pp. 069-076. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v21n1/a10v21n1.pdf> > acessado em 12/09/2007.

GEHL, Jan; GEMZOE, Lars. **Novos espaços urbanos**. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2002.

GOYAZ, Marília de. Revista da UFG In: **Vida ativa na melhor idade**. Vol. 5, No. 2, dez 2003. Disponível em: < [http://www.proec.ufg.br/revista\\_ufg/idoso/vida.html](http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/idoso/vida.html) > acessado em 12/09/2007.

GOMES, Márcia Queiroz de Cravalho. **Velhas e Velhos: a busca de novos espaços de sociabilidade**. Dissertação de Mestrado submetida ao colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2001.

GOMES, Paulo C. Da Costa. **A condição urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brazil, 2002.

HERMANN, Carla Guimarães. **Breve discussão acerca do uso do espaço urbano: a dicotomização público x privado e a problemática da autosegregação nas metrópoles brasileiras através dos condomínios exclusivos e dos shopping centers**. O presente texto foi elaborado no âmbito da disciplina “Desenvolvimento Urbano e Planejamento Urbano Crítico”, ministrada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ pelo Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza. Disponível em: < <http://www.geografia.ufrj.br/nuped/textos/brevediscussao.pdf> > acessado em: 12/09/2007.

HOLANDA, Frederico de. **Brasília, a inversão das prioridades urbanísticas**, in: Encontro Nacional da ANPUR, 6, Brasília, anais...Brasília, 1995.

KONIGSBERGER, J.; BÓGUS, L. **Privatização de espaços públicos: solução ou segregação?** In: Revista Arquitetura & Urbanismo. Junho de 2005. Editora Pine: São Paulo, 2005.

LAMEIRA, Leonardo Veronimo; LEMOS, Helen Denise Daneres; MELLO, Luiz Fernando da Silva. **Espaços Públicos urbanos, lazer e o imaginário social: a praça dos Bombeiros e a praça Fernando Ferrari**. Disponível em: < [http://www.ufpel.edu.br/xivcic/arquivos/SA\\_00098.rtf](http://www.ufpel.edu.br/xivcic/arquivos/SA_00098.rtf) > acessado em 12/09/2007.

LAKATOS, Eva Maria. MALCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

\_\_\_\_\_. **Metodologia do trabalho científico**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

**LEI No. 10.741**, De 1º. de Outubro de 2003 – DOU de 03/10/2003.

LEIRO, Augusto César Rios. **Educação, lazer e cultura corporal**. Disponível em: < [http://www.grupomel.ufba.br/textos/download/educacao\\_lazer\\_e\\_cultura\\_corporal.pdf](http://www.grupomel.ufba.br/textos/download/educacao_lazer_e_cultura_corporal.pdf) > acessado em 01/10/2007.

LENOIR, Remi. **Objeto sociológico e problema social**. In: CHAMPAGNE, Patrick, LENOIR, Remi, MERLLIÉ, Dominique. Iniciação à prática sociológica. Petrópolis: Vozes, 1998.

LIMA, Dália Maria Maia Cavalcanti. **O espaço de todos, cada um no seu lugar: o uso dos espaços públicos destinados ao lazer e Natal**. Tese destinada ao título

de doutora apresentada perante o programa de pós-graduação em ciências sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

LOPES, António Mendes. **Os Espaços Públicos (de Lazer) na Cidade: Emergência de Novas Práticas e Vocações Territoriais.** A página da educação. Disponível em: < <http://www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=789> >. Acessado em 12/09/2007.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1985.

MACEDO, Carla Ferreira de. **Avaliação dos atributos determinantes na escolha de ambientes de permanência em espaço livre público a partir do método da grade de atributos.** Dissertação apresentada no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MAGALHÃES, M. C. R. (Org.). **Na sombra da cidade.** São Paulo: Escuta, 1995.

MELO, Victor Andrade. **A animação cultural, os estudos do lazer e os estudos culturais: diálogos.** *Licere*, Belo Horizonte, n.18, p.8 - p.9, 2002.

MONTENEGRO, Gielson Nepomuceno. **A produção do mobiliário urbano em espaços públicos – o desenho do mobiliário urbano nos projetos de reordenamento das orlas do Rio Grande do Norte.** Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Área de concentração em Urbanização – Projetos e Políticas Físicos-Territoriais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

NAHAS, Markus Vinicius. **Atividade Física, saúde e qualidade de vida: Conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo.** 3 ed. Londrina: Midiograf, 2003.

NUNES, Jimmy Oliveira; TEODOSIO, Daniela. **Espaços de circulação urbana, cenário de competição – conflito entre pedestres e automóveis.** Disponível em: < <http://www.cori.unicamp.br/jornadas/completos/UFPR/CA1009%20-%20Jimmy.doc> > acessado em 01/10/2007.

OLEIAS, Valmir José. **Conceito de lazer.** Disponível em : < <http://www.cds.ufsc.br/~valmir/cl.htm> > Acessado em 12/09/2007.

PADILHA, Valquíria. Revista Sociologia Especial In: **Além dos muros do shopping center.** Ano I nº 1, Editora Escala: São Paulo, 2007.

PEIXOTO, Clarice E. **Envelhecimento e imagem: as fronteiras entre Paris e Rio de Janeiro.** São Paulo: Annablume, 2000a.

\_\_\_\_\_. **Horizontes Antropológicos.** Porto Alegre, ano1, n.2, p. 87-106, jul./set. 1995.

\_\_\_\_\_. **Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade...** In: BARROS, Myriam Moraes Lins de (org.) Velhice ou terceira idade? 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000b. p.69-84.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: < [http://www.pnud.org.br/publicacoes/atlas\\_salvador/index.php](http://www.pnud.org.br/publicacoes/atlas_salvador/index.php) > acessado em 12/09/2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo, Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton; KURTZ, Robert; FEATHERSTONE, Mike et. al. **Lazer Numa Sociedade Globalizada.** 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Serviço Social do Comércio, 2000.

SERDOURA, Francisco M.; SILVA, F. Nunes da. **Espaço público. Lugar de vida urbana.** In Revista Engenharia Civil. Número 27, 2006. Disponível em: < [http://193.136.14.136/cec/revista/Num27/n\\_27\\_pag\\_5-16.pdf](http://193.136.14.136/cec/revista/Num27/n_27_pag_5-16.pdf) > acessado em 12/09/2007.

SOUZA, Carolina Marback Barbosa de. **Envelhecimento e tendências de sociabilidade: identidades de gênero e de classe social em grupos de idosos.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

SOUZA, Juliana Castro. **Análise da paisagem: instrumento de intervenção nos espaços livres da Lagoa da Conceição – Florianópolis.** Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

VALÉRY, Françoise Dominique. **Terceira idade em Natal.** Natal: UNIPEC, 1995. (Relatório parcial).

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador Transformações e Permanências (1549-1999).** Salvador: Editus- Editora da UESC, 2002.

VAZ, Nelson Popini. **As intervenções no espaço público.** Disponível em: < <http://www.arq.ufsc.br/~soniaa/arg5605/Tipologia.htm> > acessado em 12/09/2007.